

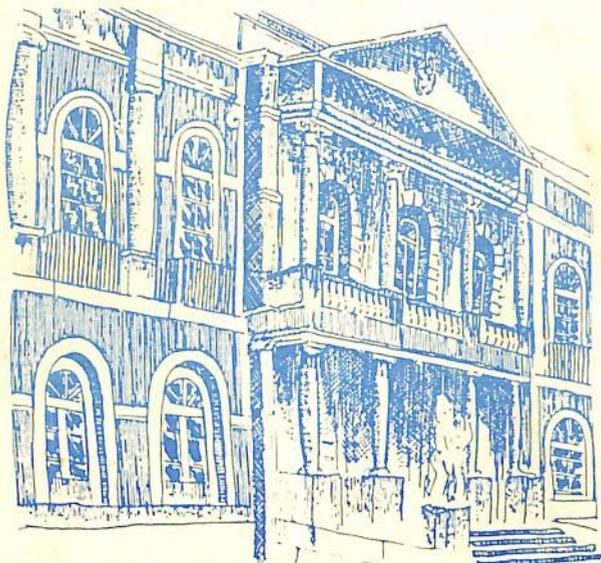
S
UFRJ/IEI
TD213

034052-9

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 213

HISTÓRIA, POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DO
CAPITALISMO EM KEYNES

Leonardo Burlamaqui

Agosto/1989

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



HISTÓRIA, POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DO CAPITALISMO EM KEYNES

Leonardo Burlamaqui
Agosto/1989



43 - 016560

anpec
Associação Nacional de
Empresários de
Pesquisa em Economia

ESTE TRABALHO FOI IMPRESSO NO
IEI, COM A COLABORAÇÃO DA ANPEC
E O APOIO FINANCEIRO DO PNPE

PROGRAMA NACIONAL DE
PNPE
DE PESQUISA E COORDENAÇÃO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

1 - A PERCEÇÃO HISTÓRICA: TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS..... 2

2 - O IMPACTO DA GUERRA E DE "1917"..... 7

3 - RUMO À SOCIEDADE DA ABUNDÂNCIA?..... 12

4 - O CAPITALISMO MADURO: ORGANIZADO OU ESTAGNADO..... 22

5 - CONCLUSÃO 31

NOTAS..... 51

FEA - UFRJ
BIBLIOTECA
Data: 17 / 04 / 90
N.º Registro: 034052-9

S
UFRJ/IEI
TD 213

MS 88437

FICHA CATALOGRÁFICA

Burlamaqui, Leonardo
História, política e organização do capitalismo em Keynes/Leonardo Burlamaqui. — Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989.
57p.; 21cm. — (Texto para Discussão/IEI/UFRJ; n. 213).
1. Economia keynesiana. 2. Economia - Teoria.
3. Capitalismo. I. Título. II. Série.

Keynes = fim da 1ª grande guerra → incerteza / instabilidade / agitação
Keynes não era otimista nem pessimista em relação ao futuro
tinha uma visão sobre o futuro do capitalismo

INTRODUÇÃO

Objetivo → obter o mapa da visão histórica e política que escorou a "Revolução Teórica" proposta por Keynes em 1936

"O constante revolucionar da produção, a ininterrupta perturbação de todas as relações, a interminável incerteza e agitação distinguem a época burguesa de todas as anteriores". Marx e Engels escreveram estas sugestivas frases em 1848. Keynes concordaria com eles mas lhes diria, se pudéssemos imaginar um diálogo entre o economista pós-eduardiano ^(inglês) e a dupla de "revolucionários", que elas apenas no século XX adquiririam plenamente o seu significado. Em realidade, apenas no período que se inicia com o fim da primeira grande guerra. Porque ele lhes diria isto? Esta é uma pergunta que nos propomos a responder.

Keynes, como se sabe, desde muito cedo deixou de compartilhar o otimismo panglossiano de seus pares economistas, de se estava e/ou caminhava naturalmente e straight-forward para o melhor dos mundos. Estava, todavia, igualmente, distante do kultur pessimismus no qual estava mergulhada boa parte da inteligência européia durante todo o seu período de amadurecimento intelectual. Nestes fatos, conhecidos, reaparece de forma ligeiramente modificada, a mesma questão. Em que ponto entre estes dois extremos se situava Keynes? Qual era, em uma palavra, sua weltanschauung?

Este ensaio é pois, uma tentativa de mapear a visão histórico-política que escorou a "Revolução Teórica" proposta por Keynes em 1936 (escorou é o termo porque ela estava presente muito antes da "Tomada da Bastilha Neoclássica" operada entre o Treatise e a General Theory ¹⁹³⁶). É também, a partir do anterior, um esforço no sentido de indicar os principais traços daquilo que poderia vir a ser o "futuro do capitalismo" na ótica de Keynes. Seu "plausible capitalism".

É nossa convicção que o mapeamento acima referido pode ser feito através da abordagem de três pontos ou ângulos do pensamento de Keynes: a) sua percepção das transformações estruturais pelas quais havia passado o capitalismo entre 1870 e 1914 (e que ainda sacudiam o mundo que habitava); b) sua aguda sensibilidade para o impacto da guerra; de "1917" e do "Political Turmoil" subsequente no funcionamento do sistema; e c) a convicção que tinha de que a despeito da desorganização na qual estava em

Abordagem do pensamento de Keynes em função do capitalismo entre 1870-1914

a) percepção das transformações estruturais (que ainda sacudiam o mundo)

b) sensibilidade para o impacto da guerra (1917) e "political turmoil" subsequente no funcionamento do sistema

c) convicção de que o capitalismo estava ^{matematicamente} prestes a resolver o seu problema de excesso de produção das suas atividades

bebido, e dos imensos problemas daí derivados, o capitalismo do seu tempo estava prestes a resolver definitivamente, algo inédito na história da humanidade, o "Problema da Escassez".

O estudo está dividido em cinco partes. As seções I, II e III abordam, na ordem, os pontos acima referidos, a quarta indica as propostas de Keynes sobre como viabilizar e administrar esta "coming post scarcity society" (Chernomas, 1984) e a quinta conclui com uma avaliação da sua contribuição no que diz respeito ao terreno por nós explorado.

1 - A PERCEPÇÃO HISTÓRICA: TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS ¹⁸⁷⁰⁻¹⁹¹⁴

^{o capitalismo vive um processo de metamorfose visível}
"O capitalismo - escrevia Schumpeter em 1928 - está vivendo um processo de metamorfose tão visível que não é possível discordar na constatação, o desacordo pode dar-se somente em torno ao modo de interpretá-lo" (Schumpeter, 1928, p. 74). O exame das idéias de Keynes a respeito revela não apenas sua concordância com o "AVISO" schumpeteriano, e também, com parte da análise do economista austríaco. Revela ademais uma fascinante convergência com diagnósticos emitidos por toda uma tradição marxista que lhe foi contemporânea. (1)

Já em The Economic Consequences of the Peace, publicado como se sabe em 1919, Keynes estava convicto de que havia sido virada uma página na história do capitalismo "certamente - anota - apenas na Inglaterra (e nos EUA) é possível ser tão inconsciente. Na Europa continental a terra treme... E o problema não é de extravagâncias ou 'turbulências do trabalho'... Trata-se das pa- vorosas convulsões de uma civilização agonizante"(2) (Keynes, 1919, p.8).

O mundo que agonizava era, para Keynes, o do Laissez-Faire, do capitalismo heróico empreendedor e disperso do século XIX, escorado na hegemonia britânica e na fragmentação política tanto de trabalhadores quanto capitalistas. O que terminara, enfim, com a era vitoriana fora o mundo de certezas da confiança inabalável no progresso ininterrupto. A ilusão smithiana-newtoniana do desenvolvimento fluindo sempre com um processo "natural"(3)(4).

como a inabalável no progresso ininterrupto
uma página na história do capitalismo
concordância com o "AVISO" schumpeteriano
convergência com diagnósticos emitidos por toda uma tradição marxista
uma página na história do capitalismo
certezas da confiança inabalável no progresso ininterrupto
ilusão smithiana-newtoniana do desenvolvimento fluindo sempre com um processo "natural"

1) *de classe e conflituosidade*
2) *superior da agricultura europeia e lei dos rendimentos decrescentes do solo*
3) *erosão da ética protestante*

Quais os sintomas desta metamorfose? A nosso juízo, o diagnóstico de Keynes é informado pela percepção de três grandes mudanças: 1) a concentração-racionalização-organização envolvendo empresas, classes e frações de classe, e a conflituosidade daí decorrente, 2) a sujeição da agricultura europeia à lei dos rendimentos decrescentes do solo e o incremento da dependência deste continente em relação a fontes externas de alimentos e matérias-primas, e 3) a erosão da ética protestante, devida a razões tanto "econômicas" quanto sócio-políticas.

Keynes se baseou
instituições financeiras de Common
acreditado em 3 etapas
o capitalismo
Vamos por partes. Com respeito ao primeiro ponto, Keynes parece ter-se apoiado fortemente em John Roger Commons, o economista-historiador contemporâneo de Veblen, e que, junto com ele, criou as bases do chamado Institucionalismo norte-americano (cf. Harris, 1956, cap. 5). Keynes o cita com aprovação em seu ensaio Am I a Liberal? Reconhecendo m Commons... One of the first to recognise the nature of the Economic transition amidst the early stage of wich we are now living, distinguishes three epochs, three economic orders upon the third of which we are entering" (Keynes, 1925, p. 334).

As etapas aludidas seriam um longo período pré-industrial rotulado a era da escassez, marcada pela ausência de liberdades individuais, pela superstição, guerra e formas variadas de intenso controle político sobre a sociedade. Tal estado de coisas seria substituído, ente os séculos XVI e XVIII, pela era da abundância, caracterizada por uma combinação entre um máximo de liberdade individual e um mínimo de controle político, por parte do governo, sobre a sociedade. O século XIX é visto como a culminação deste período, e o triunfo do Laissez-Faire é o emblema (Keynes, 1925, pp. 334-5). O século XX seria, então, a porta de entrada para uma terceira etapa da história humana; uma época de organização conflituosa de interesses, de agrupamento e reconhecimento de convergências e divergências entre os principais grupos de agentes econômicos. Um período caracterizado por "... A diminution of individual liberty, enforced in part by governmental sanctions, but mainly by economic sanctions through concerted action, wether secret, semi-open, open or arbitral, of associations, corporations unions, and other collective movements of manufactures, merchants; labourers; farmers and bankers" (Keynes, 1925, p. 335).

Etapas do capitalismo
1) Era da escassez
2) Era da abundância
3) Era da organização conflituosa
período de intensa
sujeição da agricultura europeia à lei dos rendimentos decrescentes do solo
erosão da ética protestante
concentração-racionalização-organização
conflituosidade
sujeição da agricultura europeia à lei dos rendimentos decrescentes do solo
erosão da ética protestante

o funcionamento de se sociedade: o do do capital (econômico) está por Totalmente democrático da empresa → o sistema serreal direto por geral mas setora secundária. A grande instituição se comportam com entidades públicas ao invés de empresas privadas (preços se presente no universo cultural auto dinâmico (marxista e weberiano)

No ano seguinte (1926) Keynes volta ao tema das trans-
formações "organizacionais" em curso, no seu ensaio The end of
laissez-faire. Ali ele trata de chamar a atenção de seus leitores para o que entende como "one of the most interesting and unnoticed development of recent decades... the tendency of big enterprise to socialise itself" "a point arrives in the growth of a big institution - continua Keynes - at which the owners of the capital, ie the shareholders, are almost entirely dissociated from the management, with the result that the direct personal interest of great profit becomes quite secondary" (Keynes, 1926, p. 314). Isto as leva a se comportarem mais e mais como "entidades públicas ao invés de empresas privadas do tipo individualista" (ibid).

A percepção destas mudanças ocorridas na estrutura do capitalismo bem como dos problemas delas derivados, - percepção aguda porém já há muito presente no universo cultural austro-alemão(5) tanto na tradição marxista quanto na weberiana constitui, como disse, um dos eixos que se deve ter em conta para compreender o percurso intelectual subsequente do "economista" Keynes. É instrutiva, neste sentido, a leitura da correspondência de Keynes com Kingsley Martin, onde ele retorna aos temas das transformações políticas e estruturais ocorridas no capitalismo a partir do último terço do século XIX. Não vamos sobrecarregar o texto com elas, mas recomendamos, entusiasticamente, ao leitor, o volume onde está agrupada: o 23º das CWJHK. (V. Esp. pp. 32-6, 56, 73 e 138).

O segundo ponto, de natureza malthusiano - ricardiana mas com implicações "pós-keynesianas", é tratado por Keynes na introdução do panfleto de 1919. Ali ele observa que o que também chegara a um fim com a virada do século fora a possibilidade da agricultura européia (européia ocidental sobretudo) continuar sustentando elevadas taxas de aumento populacional sem se sujeitar à lei dos rendimentos decrescentes do solo. Decorrente daí, o que se estava verificando era o início de uma nova etapa na relação entre este continente e o resto do mundo, um incremento na dependência européia de fontes externas de alimentos e matérias-primas.

"Até aproximadamente 1900, - escreve -, a unidade de trabalho aplicada à indústria produzia, ano a ano, um poder aquisitivo crescente em termos de quantidades de alimentos.

A partir de 1900, este quadro começou a transformar-se, e se iniciou novamente um processo decrescente na recompensa proporcionada pela natureza ao esforço humano".

Ao que, acrescenta algumas páginas adiante, resumindo seu pensamento:

"... A lei dos rendimentos decrescentes reafirmou-se, e assim, passava a ser necessário que a Europa dispendesse a cada ano uma quantidade maior de outros produtos para obter a mesma quantidade de pão, não podendo este continente, de modo algum, suportar qualquer desorganização de suas principais fontes de fornecimento". (Keynes, 1919, p. 26, V. TB, pp. 223-24).(*)

A implicação "pós-keynesiana" do argumento, mais implícita que explícita no texto, é o aumento do grau de incerteza embutido na transformação em curso.

O terceiro ponto relativo às mudanças estruturais pelas quais passava o sistema, e certamente o mais complexo dos três, tem um forte sabor weberiano: a erosão da ética protestante e suas consequências. O argumento de Keynes é o de que a sociedade no século XIX estava organizada fundamentalmente "para investir, e não para consumir". A ética protestante, e o comportamento frugal e de abnegação ao trabalho dela derivados, era funcional a este estado de coisas, que, por sua vez, era coerente com a realidade econômica da época: o capitalismo oitocentista não era propriamente a "era da abundância sugerida por Commons, ainda que fosse, na opinião do próprio Keynes o passaporte para ela. Há de fato, neste sentido, uma autêntica recuperação, o que para muitos soará surpreendente, do diagnóstico emitido por Marx e Engels no MANIFESTO, na passagem abaixo:

"Era precisamente a desigualdade na distribuição da riqueza que tornava possível aquela vasta acumulação de riqueza e aumento de capital que distinguiu esta época de todas as demais. Aqui reside, na realidade, a justificação fundamental do sistema capitalista" (Keynes, 1919, p.21)

(*) Ao que se somava a contenção de excedente norte-americano de trigo exportável à medida em que a demanda interna se aproximava da produção (cf. Keynes, 1919, p. 25).

Concluída ou em vias de se concluir tal tarefa, fica subtendida, no texto de Keynes, a perda de função da institucionalidade do século XIX, bem como da "ética protestante" com a qual se conectara. Ademais, com o ingresso do sistema na etapa de "organização conflitiva de interesses", o poderio não contestado da classe capitalista cede lugar a uma atitude muito mais reivindicativa e muito menos tolerante com o status-quo, por parte dos trabalhadores. A psicologia da classe capitalista se vê afetada: os animal-spirits, de certo modo, domesticam-se, a "Bulness" anterior vai sendo substituída por uma "creeping beariness" (cf. Keynes in CWJHK, vol. 23, pp. 32-36).

A guerra aparece, neste contexto, para Keynes (como para Lenin) como um acelerador dos acontecimentos, mas introduz uma significativa inovação ao revelar "... para todos a possibilidade do consumo e para muitos, o vazio da abstinência".

"As classe trabalhadoras - argumenta - podem não querer renunciar tão amplamente por mais tempo (ao seu consumo) e as classes capitalistas, perdida a confiança no porvenir, podem pretender gozar mais plenamente as suas facilidades enquanto durem..." (Keynes, 1919, p. 23, grifo meu).

Duas observações sobre o anterior: em primeiro lugar, o tom dado ao seu diagnóstico por Keynes é, neste texto, como se pode perceber, um tanto sombrio. É somente nos escritos "políticos" dos anos 20 e 30 e na Teoria geral que ele passa a compreender com clareza os aspectos positivos, para o funcionamento deste "novo capitalismo", embutidos na "atitude reivindicatória dos trabalhadores" e na substituição da ética protestante por uma filosofia do hedonismo. Voltaremos a isto na quarta parte do presente trabalho. Em segundo lugar, se é indiscutível que esta é uma análise fundamentalmente européia (Schumpeter diria Inglesa, cf. Schumpeter 1947, p. 262). É muito clara também, e aguda, a percepção que tem Keynes da relação do capitalismo mundial com o europeu, e, por conseguinte, das implicações para o todo, do desarranjo de uma de suas principais partes.

Galbraith escreveria no seu livro sobre a história das idéias que "... na Europa, foi a primeira guerra mundial que abalou as antigas certezas... nos Estados Unidos, foi a grande depressão". (Cf. Galbraith 1977, cop. 7). Keynes certamente concordaria com a sentença, mas talvez pedisse ao autor da Era da incerteza para sublinhar a ligação entre ambos.

Sumariando para concluir esta parte, queremos dizer que Keynes parecia enxergar na nova fase do capitalismo que analisava, duas ordens de problemas: a) um processo de, digamos, "calcificação" ou perda de flexibilidade do sistema, oriundo das "sócio-economic rigidities" nele introduzidas pelos movimentos de concentração e corporativização e, b) uma significativa elevação do grau de incerteza na classe capitalista, derivada do anterior; do novo patamar alcançado pela problemática malthusiano-ricardiana, e do impacto da guerra, e do "political turmoil" subsequente (cf. Barrere, 1952, Bell 1953, Skidelsky 1977 e Rojo 1984 Esp. pp. 56-57) para avaliações convergentes com a nossa sobre o item a).

Passemos ao exame deste último ponto.

2 - O IMPACTO DA GUERRA E DE "1917"

Um dos aspectos mais negligenciados nas avaliações da visão política de Keynes (tema pouco trabalhado e cujas potencialidades estão ainda por ser exploradas) é o da sua agudíssima percepção dos riscos trazidos, tanto para o capitalismo quanto para a democracia, pela nova constelação de forças cristalizada a partir de "1917" e do "BIENIO ROSSO" que lhe sucedeu. A contribuição mais interessante no sentido de chamar a atenção para este ângulo do pensamento de Keynes é a de Antonio Negri. É pena que ele seja tão escassamente lido por economistas, sociólogos e politólogos não radicais (é certo que seu pedigree político assusta a comunidade acadêmica de um modo geral, mas, valeria o esforço). Num instigante ensaio escrito em 1967 e titulado "J. M. Keynes e a Teoria Capitalista do Estado em 1929", Negri nos adverte justamente para a consciência, presente em Keynes desde pelo menos 1919 e virtualmente ausente da Conferência de Paris, do impacto da Revolução Russa, e do terremoto político que a acompanha, so-

bre a estrutura política do capitalismo. Keynes o percebe inclusive por dois ângulos, o das relações internacionais - ie, da ruptura sistêmica - e o da conflitividade inter-classes no interior de cada país capitalista. Negri tem razão (cf. Negri 1978, pp. 33-59), e a partir desta chave de leitura torna-se verdadeiramente iluminada a condenação radical de Keynes à Conferência e aos tratados que ela produziu.

O argumento é límpido: ao aprofundar a desorganização de uma Europa já permeada por assimetrias econômicas e carregada por uma perigosa taxa de conflituosidade política, ao implantar novas assimetrias entre este continente e os demais, e, sobretudo, ao estrangular completamente as possibilidades de recuperação do mais dinâmico dos capitalismo europeus, os aliados estavam não apenas sabotando a sua própria, mas, também, virando as costas para a estabilidade política, e para a democracia.

"Nossa atitude - argui Keynes - ... deve ser determinada pelos nossos sentimentos frente ao futuro das relações internacionais e da paz no mundo..."

Se o que desejamos é que, ano após ano, Alemanha seja empobrecida... e esteja rodeada de inimigos, então, rechacemos todas as proposições desse capítulo e particularmente as que possam ajudar a Alemanha a recuperar parte de sua antiga prosperidade material..."

Não obstante, se assim for, prossegue Keynes, então:

"Não haverá nada que possa deter, por muito tempo, esta última guerra civil entre as forças da reação e as convulsões desesperadas da revolução, frente a cujos horrores, serão insignificantes os da última guerra, o que destruirá qualquer que seja o vencedor, a civilização e o progresso da nossa geração" (Keynes, 1919, pp. 233-4).(6)

É tendo em mente o anterior que devemos entender tanto seu entusiástico aplauso aos "14 pontos de Wilson", como uma base para organizar racionalmente a economia e a política internacionais, quanto suas ácidas críticas aos estadistas aliados, particularmente ao próprio Wilson, pela sua não adoção (cf. Keynes, 1919, p. 57 e segs.). É esta mesma posição que o leva a dardejear a visão da CITY a propósito da restaurabilidade da ordem internacional do pré-guerra. "Não confio nesta visão de mundo" dirá Keynes, ao que acrescenta:

"Nem no interior o capitalismo está muito seguro, apesar de ter ainda consigo muitas simpatias, e de representar um papel importante na organização a produção" (Keynes, 1919, pp. 245-6). O tema será recorrentemente retomado ao longo dos anos vinte, e os "warnings" de Keynes permanecerão coerentes com a sua mensagem de 1919. "A dificuldade - escreverá em 1925 - é que os líderes capitalistas na city e no parlamento são incapazes de distinguir novas medidas que permitam salvaguardar o capitalismo daquilo que denominam Bolchevismo" (Keynes, 1925, p. 327).

Não são menos perceptivas as suas análises tanto do impacto potencial de "1917", tendo Versalhes como pano de fundo, quanto das consequências possíveis de uma virada ultra-conservadora na Alemanha, para o conjunto da Europa e para o futuro do capitalismo de modo geral.

"Do ponto de vista militar - afirma Keynes - teme-se em alguns setores uma união definitiva das forças russas e alemã, o que seria mais provável se triunfarem movimentos reacionários em pelo menos um destes países... Por outro lado, teme-se ainda mais o êxito do Bolchevismo, e, há que se reconhecer que, as únicas forças eficazes para combatê-lo são os reacionários dentro da própria Rússia, e as forças organizadas da autoridade e da ordem na Alemanha".(7)

Ao que aduz:

"Uma vitória do espartaquismo na Alemanha poderia muito bem ser o prelúdio da revolução em todas as partes; renovaria as forças do Bolchevismo na Rússia e precipitaria a temida aliança entre os dois países..." (Keynes, 1919, p. 252).

Lenin e Trotsky não estavam dizendo coisas muito diferentes destas, à mesma época (cf. por exemplo Claudin, 1970, Vol. 1, caps. 1 e 2, e Knei - Paz, 1978, cap. 8). Keynes, entretanto, avança uma consideração adicional que não estava, nem estaria até às vésperas da catástrofe, presente na mente dos "revolucionários". Diz ele o seguinte:

"Por outro lado, uma vitória da reação na Alemanha seria vista, em todo o mundo, como uma ameaça a segurança da Europa que poderia por em xeque os frutos da vitória e as bases da paz. Ademais, o estabelecimento de um novo poder militar com seu foco espiritual em Bragança... Poderia fundar muito bem... uma nova dominação napoleônica que surgisse, como a fênix, das cinzas do militarismo cosmopolita". (Keynes, 1919, pp. 252-53 grifo meu).

LUX IN TENEBRIS! E a história dar-lhe-ia razão. É frente a esta nova constelação de relações que Keynes empresta seu apoio ao governo social-democrata recém-estabelecido naquele país. "O argumento recomenda, pois, a conservar - escreve - aquelas forças moderadas da ordem que, com alguma surpresa para o mundo, ainda insistem em equilibrar-se sobre a gangorra do temperamento alemão" (ibid, p. 253). É frente a ela também que Keynes concluirá, nos anos vinte, ser impossível reconstruir uma direção política eficaz se não se mantiver "uma mentalidade flexível perante a estas formas de semi-socialismo", que para ele eram as "tendências naturais" da época e das quais se devia tirar partido. (cf. Keynes, 1926, p. 122 e Maramao, 1982, pp. 56 e segs.). Visto por este prisma, é fascinante o grau de convergência de seu pensamento com algumas idéias desenvolvidas, à mesma época, pela social-democracia alemã, particularmente pela pena de Rudolf Hilferding; e, mais ainda, com a reflexão crítica austro-marxista Leicher Bauer) sobre o conceito de Capitalismo Organizado. (cf. Maramao, 1982, Introdução e cap. 3 da 1ª parte). Ela fica patente, por exemplo, na declaração que faz Keynes em seu ensaio Am I a Liberal? de 1925 no sentido de que...

"The transition from economic anarchy to a regime which deliberately aims at controlling and directing economic forces in the interests of social justice and social stability will present enormous difficulties both technical and political. I suggest, nevertheless, that the destiny of new liberalism is to seek their solution" (Keynes, ibid., p. 335).

Tal exortação é substancialmente a mesma que a apresentada por Hilferding nos seus escritos preparados para os congressos social-democratas de Heidelberg (1925) e Kiel (1927)(8) (cf. Hilferding, 1927, pp. 247-53) e Maramao, 1982, cap. 3 da 1ª parte). O exame desta fascinante interseção teórico-política não pode, infelizmente, ser prolongado aqui - É, todavia, o tema do projeto a que brevemente nos dedicaremos. Mas, na realidade, pensamos ser possível levar ainda mais longe, talvez surpreendentemente, o paralelismo de Keynes com a tradição socialista, e que-remos deixá-lo assinalado.

A nosso juízo, é possível argumentar que os "manifestos políticos" emitidos pelo autor da Teoria geral entre 1919 e 1936 reciclam, numa perspectiva não marxista naturalmente, pontos de vista já presentes, por exemplo, nas análises de Engels sobre as repercussões políticas dos eventos de 1848. Ali Engels sugeria, como se sabe, que a novidade embutida era que o conflito básico a sacudir a sociedade deixava de ser entre aristocracia e burguesia para se converter em Ordem x Revolução. Trotsky retomaria o tema em 1906, no seu panfleto "Balanço e Perspectiva" (particularmente no capítulo "1789 - 1848 - 1905") e Lenin - à sua moda - ao tempo da guerra (cf. Engels, 1848, Trotsky 1919 e Kney-Paz 1978 cap. 3 e Lenin 1917). Esta é também a tese de Keynes. O que os diferencia basicamente é a crença na inevitabilidade do colapso do capitalismo, que Keynes via como possibilidade apenas. É bem verdade que isto traz à tona divergências maiores no que se refere à percepção da "natureza do processo" capitalista, e da evolução histórica de modo geral. Aquilo que o marxismo ortodoxo via como leis cegas da história Keynes identificava como cegueira dos fazedores de leis.

Tal divergência, embora extremamente importante e carregada de potencial exploratório, não elimina, entretanto, a interface; ela pode, inclusive, ser percebida também por um outro ângulo: o da tese do "cumprimento da missão histórica do capitalismo", para qual faz coro a tradição marxista e que Keynes enxerga como "erosão de sua justificação fundamental", conectando-a com o declínio secular na eficiência marginal do capital. Este declínio teria por base, como veremos em seguida, a conversão deste "fator de produção" de escasso em abundante. Isto nos leva à terceira parte de nosso trabalho.

3 - RUMO A SOCIEDADE DA ABUNDÂNCIA?

A análise de The economic consequences of the peace continua, como vimos, agudas observações relacionando o incremento da taxa de irracionalidade das elites vitoriosas, na gestão da crise política do pós-guerra, com o aprofundamento da desorganização econômica do sistema. Havia, entretanto, uma outra linha de argumentação no texto de Keynes, embrionária sem dúvida, mas que, refletindo sua visão de longo prazo, punha-o em linha com as prognoses clássicas de Smith e, principalmente, de John Stuart Mill: são suas fortes suspeitas de que o capitalismo do seu tempo estava, a despeito de toda a desorganização a que era submetido, caminhando a passos rápidos para uma etapa de maturidade econômica: para um estágio onde o estoque de riqueza acumulada já seria suficiente para permitir uma resposta generosa às demandas da sociedade. Tais suspeitas só fazem se confirmar nos anos vinte e é a certeza da sua proximidade que está na base da revolução teórico-política proposta em 1936.

Na realidade, desde 1930 pelo menos, Keynes formulava um diagnóstico dos "problemas da época" totalmente coerente com os insights do panfleto de 1919. O ensaio The economic possibilities of our grand-children, publicado naquele ano, está entre os mais interessantes que saíram de sua pena. Ali, ele oferecia uma perspectiva inteiramente original para a análise da depressão em curso. Distante tanto do catastrofismo do Comintern e de Grossmann, que nela viam a nêtese do sistema, quanto da miopia neoclássica ortodoxa, que ali enxergava apenas uma fricção passageira provocada por interferências exógenas no seu funcionamento basicamente estável, Keynes observava que a depressão refletia as

"...Dores crescentes de mudanças excessivamente rápidas, (a) dor do reajustamento entre um período econômico e outro"

Ao que, acrescentava:

"O aumento da eficácia técnica tem ocorrido com mais rapidez do que conseguimos lidar com o problema da absorção de trabalhadores; o progresso no padrão de vida foi um pouco rápido demais..." (Keynes, 1930, p. 150).

Ou seja, a crise era, de fato um índice da intensidade do progresso anterior, e um alerta para as mudanças requeridas para a sua absorção. Era a transição entre dois períodos - e entre dois padrões - de crescimento. Schumpeter deve ter empalidecido ao ler este texto. Era tudo que ele gostaria de ter dito naquele momento - só o faria, com clareza, em 1939 - e com uma economia de palavras que nunca conseguiu. (9) O ano, 1930, era o mesmo da publicação do Treatise on money, mas é um outro Keynes o que escutamos em The economic possibilities...

Tomado por ousadia e heterodoxia invejáveis, embora características de seus escritos "políticos" anteriores, ele nos diz que:

"Estamos sendo atingidos por uma nova doença, a respeito da qual alguns leitores ainda podem não ter ouvido falar, mas sobre a qual ouvirão muito nos próximos anos - ou seja, o desemprego tecnológico. Isto significa um desemprego causado pela nossa descoberta de meios para economizar o emprego de trabalho, a um ritmo maior do que aquele pelo qual conseguimos encontrar novas utilizações para a força de trabalho".

Ao que aduz:

"Trata-se, porém, apenas de uma fase temporária de desajustamento. Afinal, tudo isto significa que a humanidade está resolvendo seu problema econômico". (Keynes, 1930, p. 154).

Entrega-se em seguida a um despretençioso, embora eloquente, exercício de previsão partindo da estimativa - conservadora - de uma taxa média de crescimento anual do produto de 2% - o que lhe dá um incremento de cerca de 800% em 100 anos - para concluir que...

"...Se não houver grandes guerras e um grande aumento populacional, o problema econômico poderá ser resolvido, ou pelo menos, ter uma solução a vista nos próximos cem anos. Isto significa o problema econômico não constitui-se olharmos para o futuro - O problema permanente da raça humana". (10)

"Assim, - argüi Keynes - pela primeira vez desde sua criação, o homem enfrentará seu problema real e permanente - como empregar a liberdade de preocupações econômicas prementes, como ocupar o lazer que a ciência e o juízo composto lhe terão conquistado, para viver bem, sábia e agradavelmente" (Keynes, 1930, pp. 155-156).

"Portanto, - conclui - estou a espera, em dias não muito remotos, da maior mudança que já ocorreu no âmbito material da vida, para os seres humanos no seu conjunto. Mas, naturalmente, isso ocorrerá gradativamente, e não como uma catástrofe. Na verdade, já começou a ocorrer. O curso dos acontecimentos resultará simplesmente na existência de classes cada vez maiores e de grupos de pessoas praticamente livres dos problemas da necessidade econômica. A diferença crítica ocorrerá quando esta condição tiver se tornado tão geral que se modificará a natureza do dever de cada uma para com o seu próximo". (ibid, p. 159).

Que ponto de encontro temos aqui! Se pudéssemos imaginar o meeting, visionários do passado ver-se-iam reconhecidos no presente (dos anos trinta) e ambos felicitar-se-iam mutuamente pelo reaparecimento de suas teses no futuro: Karl Marx veria, embora um pouco a contragosto, uma certa convergência entre suas brilhantes páginas sobre os efeitos da automação, nos Grunrisse, e as de John Stuart Mill a respeito do "estado estacionário". Os dois não teriam dificuldade em entender os argumentos de Keynes ou Schumpeter e todos reconheceriam no André Gorz de Adieux au prolétariat e Les chemins du paradis algo de seus ensinamentos. (11) Mas, não nos deixemos levar pela nossa compulsão em estabelecer conexões na história das idéias. Não é propriamente disso que estamos tratando. Voltemos a Keynes.

Embora inquestionavelmente otimista quanto às possibilidades da sociedade futura, ele era também suficientemente cauteloso para assinalar os constrangimentos aos quais estaria submetido este "salto do reino da necessidade para o da liberdade". Já o dissera em am I a Liberal? (12) e volta afirmá-lo no ensaio de 1930. Ali ele ergiu:

"O ritmo em que poderemos atingir esse nosso destino de satisfação econômica será condicionado por quatro fatores - nossa capacidade de controlar a população, nossa determinação em evitar guerras e dissensões civis, nossa disposição em confiar à ciência a direção dessas questões, que constituem propriamente a preocupação da ciência, e o ritmo de acumulação, fixado pela margem entre a produção e o consumo, este último facilmente zelará por si depois da concorrência dos três primeiros" (Keynes, 1930, p. 158).

Pelo que sabemos, ele não tinha todavia ilusões sobre a automaticidade de qualquer destes quatro itens. Ao contrário, sabia que se encontrava em meio a uma conjuntura tanto econômica quanto politicamente delicada, e frente a uma atmosfera intelectual, tanto à esquerda quanto à direita, de costas voltadas para os "problemas do dia". Já vimos suas opiniões acerca dos responsáveis pela reconstrução da Europa após a Conferência de Paris e da visão da City sobre a exequibilidade de um retorno ao laissez-faire. Vamos examinar agora sua atitude em relação ao "mundo do trabalho", ao partido trabalhista e ao socialismo britânicos. Para isso vamos recorrer a um texto pouco conhecido de Keynes; uma comunicação por ele apresentada, em dezembro de 1931, na Society for socialist inquiry and propaganda e publicada posteriormente com o título "The dilemma of modern socialism".

Neste texto, podemos ver, de forma muito clara, não apenas a face social-democrata do autor da General Theory mas, também, a ventilação de propostas cuja defesa mais articulada somente apareceria no livro de 1936. Ciente do "neoclassicismo", em matéria de política econômica, do partido trabalhista de seu país, (13) o exorta a "se emancipar intelectualmente, a fim de discernir o que é economicamente sã" e, num exercício de suprema habilidade política e técnica de persuasão, sugere:

"Quanto a mim, penso que em matéria econômica, encontramos-nos num momento em que é desejável que nos concentremos sobre o que é economicamente são. Para isto existem duas boas e suficientes razões. Em primeiro lugar, acontece que as medidas mais urgentes (e economicamente sãs) não se afastam nada, como ocorria talvez em épocas anteriores, da via que conduz ao ideal. Pelo contrário, elas vão mesmo nesta direção. Estou convencido, de que aquilo que é mais urgente em termos práticos - o controle central dos investimentos e a redistribuição dos rendimentos com vista a proporcionar poder de compra para o imenso potencial desenvolvido pela técnica moderna - também tende a criar, do ponto de vista dos princípios, um melhor modelo de sociedade. Com efeito, existe, sem dúvida, atualmente, uma menor oposição que antes entre as exigências da prática e do ideal"(Keynes, 1931, p. 197).

Eis-nos, pois, frente à atitude realmente coerente com a postura social-democrata ante o capitalismo. A do crítico munido de um programa prático de transformação. Atitude que, note-se de passagem, incoerentemente consigo mesmo e com sua plataforma "Bernsteiniana", não teve o maior dos partidos social-democratas da Europa - e guia dos demais -, o alemão.

A postura de Keynes para com o partido trabalhista britânico tem, aliás, um forte paralelo com a do líder sindicalista, estatístico (discípulo de Eortkiewicz) e socialista russo-alemão W.S. Woytinsky co-autor, junto com F. Tarnow e F. Baade, de uma proposta de intervenção político-econômica muito semelhante a Keynes (é oportuno assinalar que Keynes conhecia esta proposta - elaborada em 1931 e cujo "first-draft" ele recebeu neste mesmo ano). (14), o chamado "W.T.B. Plan". Woytinsky viu as medidas que propunha serem sistematicamente vetadas pelo papa teórico do partido, à época, Rudolf Hilferding(!). Num artigo publicado, no mesmo ano em que Keynes se dirigia aos socialistas britânicos, na revista sindical alemã Der Arbeit, Woytinsky dava as seguintes declarações:

"O movimento operário tem necessidade de um programa de ação política, que indique aos operários e também aos outros estratos populares que a social-democrata e os sindicatos são capazes de ver uma saída para a miséria econômica. Atualmente não temos nenhum programa de ação de política econômica. Temos uma lista de reivindicações sociais que buscamos impor com capacidade e conhecimento dos problemas. Temos uma posição precisa sobre cada problema. Não temos um programa" (Woytinsky cit por Teló, 1987, pp. 154-155)

A social-democracia e os sindicatos não foram capazes de tirar a Alemanha da miséria econômica. Hitler, Schact e Goring foram, mas à custa da democracia, e com os resultados que conhecemos. Pois bem, sabemos que era exatamente num programa como o apregoado por Woytinsky (e também por Otto Bauer em 1933)(15), um programa capaz de restaurar a economia, organizando o capitalismo, e preservar a democracia, que Keynes passava a trabalhar em Cambridge, neste mesmo momento. É aqui que pensamos poder ser localizado o decisivo passo adiante dado por Keynes, em relação as correntes progressistas do seu tempo. Não só na percepção de que a dimensão cada vez mais massificada e organizada da conflituosidade social requeria um novo tipo de estado; pois isso já era claro - como assinalou Marramao - aos observadores mais agudos da cena weimariana. Mas, na produção de uma teoria que justificasse tal inovação, e de um programa que orientasse a sua realização (cf. Marramao 1982, pp. 54-60).

Sua enorme fé no poder de persuasão das idéias corretas não o impedia entretanto de perceber a "antiga verdade" já assinalada por Schumpeter, de que... "os mortos sempre governam os vivos"(16), isto é, a força da tradição.

Keynes sabia que a "sociedade da abundância" era uma possibilidade sim, mas, a ser construída. Sabia que, para que fosse atingido este fim, mudanças substantivas teriam que ser introduzidas nas institucionalidade do sistema. Sabia, por fim dos perigos rodeando uma economia capitalista encharcada em capital, onde os empresários teriam prejuízo se continuassem a oferecer emprego até a escala suficiente para absorver toda a força de trabalho disponível, e que portanto, ... "A situação de equilíbrio

em regime de laissez-faire será aquela em que o emprego seja bastante baixo e o nível de vida suficientemente miserável para levar as poupanças a zero" (Keynes, 1936, p. 153).

Eis-nos diante do tema central da General-Theory, qual seja, o da consideração juntamente com o advento a "sociedade da abundância" dos problemas que ela, se mal administrada, pode acarretar.

É aguda, neste sentido, a observação de Chernomas de que a General Theory é... "From Beagining to end, a tract for a post-scarcity society" (Chernomas, 1984, p. 1007). De fato, a conexão entre os dois elementos acima mencionados é estabelecida logo no início do livro quando, no capítulo 3, Keynes oferece a sua explicação estrutural do "paradoxo da pobreza em meio a abundância":

"... A simples existência de uma demanda efetiva insuficiente pode paralisar e frequentemente paralisa, o aumento do emprego antes de haver ele alcançado o nível de pleno emprego...

Além disso, quanto mais rica for a comunidade, mais tenderá a ampliar a lacuna entre a sua produção efetiva e a potencial; e, portanto, mais óbvios e maléficos os defeitos do sistema econômico.

... Se em uma comunidade potencialmente rica o incentivo para investir for fraco, a insuficiência da demanda efetiva a obrigará a reduzir sua produção real até que, a despeito de sua riqueza potencial, ela se torna tão pobre que os excedentes sobre o consumo diminuem até chegar ao níveis correspondentes ao seu fraco incentivo para investir".

A passagem conclui com uma mensagem sabidamente pessimista:

"A situação, contudo - diz Keynes - é ainda mais sombria. Não apenas a propensão marginal a consumir é mais fraca numa comunidade rica, como também, em virtude de o capital acumulado já ser grande, as oportunidades para novos investimentos são menos atrativas, a não ser que a taxa de juros desça a um ritmo bastante rápido" (Keynes, 1936, p. 33).

Como se vê, a dificuldade repousa em dois eixos; que não são independentes entre si, mais possuem identidade própria. A lei psicológica fundamental explica o declínio relativo do consumo vis-à-vis o crescimento da renda. A proximidade da conversão do capital num recurso abundante responde pelo declínio na sua eficácia marginal. A interação recíproca entre as duas faces desta moeda potencializa seu efeito paralisador.

É possível, todavia, e necessário, distinguir dois tipos de problemas no quadro anterior. Advertimos, porém que eles não estão claramente separados na argumentação de Keynes, o que certamente contribui para obscurecer sua natureza distinta. O primeiro tem a ver com as oscilações, bruscas, induzidas ao sistema, no seu caminho para a "abundância", por choques externos a ele. O mecanismo através do qual estes choques originam flutuações nos níveis de renda e emprego é conhecido. São as mudanças, súbitas, nas expectativas de longo prazo dos investidores, sua ação sobre as escalas projetadas de eficiência marginal do capital e seus efeitos sobre a preferência pela liquidez. (cf. Keynes, 1936, caps. 5 e 12, Cardim, 1987, pp. 22-26). A contração daí derivada é cíclica, mas, dada a insuficiência de demanda efetiva que lhe corresponde, não existem no sistema mecanismos que assegurem a correção automática da situação. Em tal caso, "a economia poderá permanecer a um baixo nível de atividade, com elevado nível de desempregado e alto grau de ociosidade de suas instalações" (Castro, 1980, p. 5). É evidente que situações como esta levam ao retardamento da "era da abundância" e podem eventualmente até acarretar uma solução de continuidade do caminho para ela. Era esta a radiografia dos anos trinta que Keynes tinha pra si, e é para este tipo de dificuldade que quer chamar a atenção quando escreve que...

"A situação que estou indicando como típica não é aquela em que o capital seja tão abundante que a comunidade em conjunto não possa razoavelmente empregar mais nenhum, mas aquela em que o investimento efetivo em condições instáveis e afêmeras pelo fato de ser suscitado por expectativas destinadas a malograr" (Keynes, 1936, p. 222).

O segundo tipo de problema discutido na General Theory, e sobre o qual queremos nos concentrar, está relacionado com o que tenderia a ocorrer com o sistema, ainda que ele não fosse submetido a qualquer "choque externo", à medida em que progredisse em direção ao "estado de abundância". A factibilidade do alcance deste patamar, que em 1930 Keynes adia para o próximo século, aparece na obra de 1936 como realizável, em tese, ao fim dos vinte e cinco anos seguintes:

"É muito possível, na verdade, que a existência do emprego quase pleno durante vários anos fosse acompanhada, em países tão ricos como a Grã-Bretanha ou os Estados Unidos, por um fluxo de novos investimentos, admitindo na propensão a consumir existente, tão intenso que levasse eventualmente a um estado de pleno emprego no sentido de não se poder mais esperar de um novo incremento de bens duráveis de qualquer tipo, segundo cálculos razoáveis, um rendimento agregado bruto superior a seu custo de reposição. Além do mais, tal estado poderia alcançar-se num futuro próximo - digamos, dentro de vinte e cinco anos mais ou menos. Não se deve pensar que nego esta possibilidade quando afirmo jamais ter existido, sequer momentaneamente, uma situação de pleno emprego" (Keynes, 1936, p. 223).

A discussão levada ao cabo no capítulo 16 da obra mostra, todavia, como improvável a realização concreta de tal projeção, na medida em que o sistema permanecesse sujeito ao "livre jogo das forças do mercado". Ali, numa passagem extremamente perceptiva, Keynes aponta para a escassa probabilidade de uma coincidência entre o ponto de saturação do estoque de capital (EMC=0), sua plena utilização e o pleno emprego da força de trabalho:

"Supondo previsões corretas, o nível de equilíbrio do estoque de capital, ao qual corresponderá uma eficiência marginal de zero será, naturalmente, inferior ao correspondente ao pleno emprego de mão-de-obra disponível, pois o equipamento que corresponde a essa produção será o que assegurar uma poupança nula.

O raciocínio se conclui em seguida:

"A única outra posição de equilíbrio possível seria uma situação em que um estoque de capital bastante elevado, para ter uma eficiência marginal nula, representasse também uma quantidade de riqueza suficiente para saciar por completo o desejo do público de atender ao futuro, mesmo em situação de pleno emprego, em circunstâncias tais que nenhuma bonificação em forma de juro pudesse ser obtida. Contudo, seria uma coincidência improvável que a propensão a poupar em condições de pleno emprego se satisfizesse justamente no instante em que o estoque de capital atinge o montante que torna nula a sua eficiência marginal" (Keynes, 1936, p. 153).

A passagem é tortuosa, mas possui um significado importante - que, notemos de passagem, já se encontrava em Ricardo: O pleno emprego do capital não deve ser confundido com o pleno emprego da força de trabalho disponível. Para explicar a razão pela qual o primeiro tenderia a ocorrer antes do segundo, seria útil a Keynes o resgate da sua hipótese de 1930, sobre o "desemprego tecnológico". Ele não o faz, mas não cremos estar violando seu pensamento ao sugerirmos que ela permanecia implícita no seu raciocínio.

Em todo caso, o prognóstico, quanto ao futuro sistema, retirável de sua obra em questão é o de que, em condições de laissez-faire, ele evoluiria de modo ciclotímico; embora subordinado a uma tendência compressiva, ditada pelos "rendimentos decrescentes" do capital, produzidos pela expansão de seu estoque. Ou crescendo numa velocidade incompatível com a sua própria manutenção, o que levaria em seguida a comunidade à necessidade de digerir o crescimento "excessivo" anterior por meio de uma redução - teoricamente desnecessária, fosse o sistema organizado - do seu padrão de vida, ou, et pour cause, expandindo-se tão lentamente que cancelasse as expectativas de uma performance mais dinâmica, e com elas a possibilidade de tal resultado. O anterior nos coloca também, notemos, diante de uma razão para um declínio "secular" nas expectativas de longo prazo da classe capitalista. Há, neste sentido, uma perfeita sintonia entre este texto e sua análise de 1919.

Podemos olhar para este quadro através do "paradoxo de Domar", qual seja, o de que somente se a capacidade produtiva cresce a um ritmo suficientemente rápido é possível evitar o aparecimento de excessos de capacidade que inibam o processo de inversão (cf. Domar, 1947). Dado o grau de "maturidade" já atingido pelo capitalismo do segundo terço do século XX, e sua atmosfera psicológico-político-cultural, seria pouco provável que ele cumprisse este desiderato. A propósito, com esta perspectiva "meio Hanseniana, meio Shackleana" é possível também reinterpretar a imagem criada por Harrod, ou melhor, seu pessimismo acerca da factibilidade do crescimento auto-sustentado: com efeito, levado em conta o anterior, seriam pequenas as chances de que um capitalismo maduro e em condições de *laissez-faire*, caminhasse sobre o "fio da navalha" que lhe permitiria emancipar-se, definitivamente, da era da escassez (cf. Harrod, 1939, para o argumento do "fio da navalha"). Quanto a Keynes, unindo agora todos os fios das suas análises, isto é, considerando tanto o "economista" quanto o "sociólogo e intérprete da história", resta pouca dúvida sobre o prognóstico para o capitalismo maduro: organize-se ou estagne. O exame deste ponto nos leva a quarta parte de nosso estudo.

4 - O CAPITALISMO MADURO: ORGANIZADO OU ESTAGNADO

Já podemos notar a pouca confiança que tinha Keynes na capacidade do capitalismo do século XX, de enfrentar as dificuldades que lhe eram inerentes, enquanto estivesse preso à institucionalidade do período anterior. Não vamos voltar a insistir neste ponto. "We have to invent new wisdom for a new age"; ele já declarava em 1925. A nova sabedoria que tinha em mente implicava, como sabemos, numa nova institucionalidade para o sistema. Um conjunto de medidas que ultrapassava de longe as preocupações com o "curto prazo" (17), e que introduziria, na realidade, profundas mudanças no seu funcionamento. Equiparia-o, todavia, com os instrumentos necessários para que enfrentassem (administrasse o que não significa que os resolvesse definitivamente. Isto é fundamental) sua nova realidade econômica, política e "cultural". Maturidade econômica, instabilidade política e incremento da incerteza com relação ao futuro eram os campos de força que identificava ao

seu redor. Coordenação, organização e informação, os remédios que predicava.

Com efeito, esta "agenda" já aparece no capítulo conclusivo do panfleto de 1919, onde Keynes avança inclusive uma articulada proposta de reorganização internacional do capitalismo, retomando e aprofundando os "14 pontos" de Wilson (cf. Keynes, 1919, cap. 7). Esta linha de preocupações, ele retomaria em Bretton Woods apenas, e, lamentavelmente devemos acrescentar, veria derrotada (cf. Harrod, 1951, cap. 13).

A "agenda" básica permanece todavia, como um fio a ligar seus escritos. Atravessa os anos vinte, adquire vitalidade em meio à tempestade dos trinta, e surge como a linha mestra do livro de 1936. Uma rápida reconstituição nos será útil para demonstrarmos o que acabamos de afirmar. Já vimos sua declaração, em Am I a Liberal?, de que... "The transition from economic anarchy to a régime which deliberately aims at controlling and directing economic forces(is)... The true destiny of new liberalism". Duas páginas adiante, neste mesmo texto, esta idéia é reforçada:

"In the economic field... We must find new policies and new instruments to adapt and control the working of economic forces, so that they do not intolerably interfere with contemporary ideas as to what is fit and proper in the interests of social stability and social justice" (Keynes, 1925, p. 337).

No ano seguinte, em The end of laissez-faire, o tema é retomado:

"Muitos dos maiores males econômicos de nosso tempo - diz Keynes - são frutos do risco, da incerteza e da ignorância... Creio que a cura desses males deve ser procurada no controle deliberado da moeda e do crédito por uma instituição central e em parte na coleta e disseminação em grande escala dos dados relativos à situação dos negócios, inclusive a ampla e completa publicidade, se necessário por força da lei, de todos os fatos econômicos que seria útil conhecer..."

Meu segundo exemplo diz respeito à poupança e ao investimento. Creio que é preciso haver algum ato coordenado de apreciação inteligente sobre a escala desejável em que a comunidade como um todo deva poupar, a escala em que esta poupança deva ir para o exterior sob a forma de investimento externos; e sobre se a atual organização do mercado de capitais distribui a poupança através dos canais produtivos mais racionais" (Keynes, 1926, p. 124).

Notemos, de passagem, que as três últimas frases dizem respeito a alocação de recursos, tema que muitos comentadores sugerem como intocado por Keynes. Já veremos que a "socialização do investimento" proposta pela Teoria Geral não é senão isso, o controle sobre a sua alocação. Keynes tinha claro para si - como o MITI o têm - que tal passo não possuía nada de incompatível com a manutenção da essência do capitalismo. Ele completa o raciocínio sublinhando que suas reflexões... "São dirigidas para os possíveis aperfeiçoamentos na técnica do capitalismo moderno, por meio da ação coletiva". Mais interessante, neste sentido, é arguir se a "post-scarcity society" entrevista por Keynes poderia (poderá?) permanecer "a capitalist one". É a questão fundamental que se coloca André Gorz desde Adieux au Proletariat.

Há um terceiro, e pouco notado, princípio de organização do sistema resgatável em Keynes, que também consta do seu ensaio de 1926. Trata-se da criação de centros semi-autônomos de poder no interior do estado, de modo a engrossar os canais de comunicação entre indústria e governo:

"Sugiro, portanto, - observa - que o progresso reside no desenvolvimento e reconhecimento de entidades semi-autônomas dentro do estado... Sendo porém sujeitas, em última instância, à soberania da democracia expressa através do parlamento" (Keynes, 1926, p. 121).

Que o eixo do exercício do poder estivesse, no mesmo momento em que escrevia, se deslocando do parlamento para outras instâncias não era algo estranho à percepção de Keynes. Ele conclui o raciocínio anterior da seguinte forma:

"...Precisamos manter flexíveis os nossos espíritos com relação às formas deste semi-socialismo. Devemos aproveitar-nos plenamente das tendências naturais da época, e provavelmente devemos preferir as corporações semi-autônomas a órgãos do governo central pelos quais os Ministros de Estado sejam diretamente responsáveis" (ibid, p. 122, grifo meu).

Há uma outra breve referência a este princípio em Am I a Liberal? Alf Keynes adverte que, quanto ao futuro, uma das principais tarefas a serem realizadas será... "To decentralise and devolve wherever we can, and in particular to establish semi-independent corporations and organs of administration to which duties of government, new and old, will be entrusted" (Keynes, 1925, p. 331). O tema não será porém desenvolvido, sequer na Teoria Geral (18), (cf. Cairncross, 1978, pp. 44-6 a respeito).

Elementos desta "agenda" - que inclui, lembremos, o controle populacional - reaparecem, todavia, no programa proposto por Keynes e H. Henderson em 1929 para aliviar o desemprego e promover a realização de investimentos (cf. Can Lloyd George do it? parcialmente transcrito in Essays on persuasion, 1931, p. 121 e seguintes a respeito).

Entre 1930 e 1936 são numerosas as ocasiões onde Keynes retorna às mesmas teclas. No ensaio de 1930 pregará pela necessidade de se "confiar à ciência a direção destas questões" (p. 159); no meeting com os socialistas britânicos, em 1931, defenderá - como vimos, - o "controle central dos investimentos e a redistribuição dos rendimentos". Nas conferências para a Harris Foudation em Chicago, no mesmo ano, insistiria em um programa governamental" (witch)... is calculated to improve the level of business profits and hence to increase the likelihood of private enterprise again lifting up its head" e concluirá dizendo, smithianamente, que... "if everything was proceeding smoothly in a well-governed society, (it would) lead us within a few gerations to the complete abolition of opresive economic want (cf. CWJWK, vol. 13, pp. 364-67).

É entretanto na General Theory que surge o seu mais desinibido programa de organização e controle do capitalismo, e nisto reside o caráter de manifesto político da obra, como cedo percebeu a crítica conservadora. Faz-se aqui necessária uma advertência, antes de prosseguirmos: é preciso ter em mente tanto o "clima da época" quanto a inclinação do autor para a arte da persuasão, para que se torne compreensível, no texto, o seu flêrte simultâneo com as duas pontas do espectro político anglo-saxão. Keynes joga flores, as vezes na mesma passagem, tanto a liberal-conservadores quanto a socialistas e trabalhistas. É, ainda, conveniente adicionar ao anterior uma terceira coordenada, para iluminar a escassa habilidade com que leva adiante este projeto: trata-se de uma característica sua que provavelmente era alimentada no convívio com os demais membros do Bloomsbury Group; sua vocação para épater le bourgeois, estratégia muito pouco fértil enquanto técnica de persuasão, e que se traduzia com demasiada frequência em Keynes - como observou John Vaisey - numa atitude onde "if there were two ways of saying something, he chose the more shocking" (cf. Vaisey, 1977, p. 13). A nosso juízo, o elemento confuso no qual estão embebidas quase todas as passagens onde cruza as fronteiras da análise econômica com o filosofar político, o que freqüentemente se mistura com uma outra passagem, do diagnóstico ao prognóstico, tem uma estreita relação com o entrecruzamento das três coordenadas acima referidas. Dito isso, prossigamos.

Já no capítulo 12 do livro, desenhado para lidar com as expectativas de longo prazo da classe capitalista, pode-se ler o seguinte parágrafo:

"De minha parte sou, presentemente, algo cético quanto ao êxito de uma política meramente monetária orientada no sentido de exercer influência sobre a taxa de juros. Encontrando-se o Estado em situação de poder calcular a eficiência marginal do capital a longo prazo e com base nos interesses gerais da comunidade, espero vê-lo assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos" (Keynes, 1956, pp. 118-119).

Organização direta dos investimentos, sublinhemos, é uma questão de alocação de recursos, e não apenas de fixação do montante a ser investido (como diferenciar concretamente os dois aspectos não nos parece, aliás, uma pergunta irrelevante). É esse o significado mais preciso da expressão, algo vaga, "socialização dos investimentos" que encontramos nas últimas páginas do livro em questão. Quatro capítulos adiante, nas suas Observações sobre a natureza do capital, a questão da organização do sistema é re-proposta numa passagem onde emerge, com clareza, a face "Stuart-milliana" de Keynes:

"Suponhamos que se tomem medidas para que a taxa de juros seja compatível com o investimento que corresponde ao pleno emprego. Suponhamos ademais que a ação do Estado intervenha como elemento de equilíbrio para regular o crescimento do capital e impedir que ele tenda para o seu ponto de saturação a uma velocidade capaz de impor à geração presente uma redução excessiva de seu padrão de vida. Dadas estas hipóteses, suponho que uma comunidade racionalmente dirigida e provida de recursos técnicos modernos, e cuja população não cresça rapidamente, seria capaz, no espaço de uma única geração, de reduzir a eficiência marginal do capital a um nível de equilíbrio próximo de zero de tal modo que atingiríamos as condições de uma comunidade quase estacionária"...

A provocação vem em seguida:

"Se tenho razão... Este pode ser o caminho mais razoável para eliminar gradualmente a maioria das características repreensíveis do capitalismo. Um instante de reflexão mostrará as enormes mudanças sociais que resultariam do desaparecimento progressivo de uma taxa de rendimento sobre a riqueza acumulada. Qualquer pessoa poderia ainda acumular o rendimento do seu trabalho com a intenção de o gastar em data posterior. Mas sua acumulação não cresceria. Ele estaria simplesmente na posição do pai de Pope, que ao retirar-se dos negócios, levou um baú cheio de guinéus para a sua vila de Twickenham para atender às despesas domésticas à medida de suas necessidades" (Keynes, 1936, pp. 154-155).

Ironicamente, era neste cenário, um tanto pós-capitalista, que Keynes pensava poderem ser revalidadas as teses "clássicas" que tanto combatera nos seus vinte e três capítulos anteriores (cf. Keynes, 1936, p. 256) (19). O último serve-lhe, ademais, como ponto de encontro das propostas anteriores. Ali, os fios do argumento se reúnem. Às considerações sobre controle dos investimentos, regulação da política monetária e disseminação da informação, juntam-se os temas da perda de função da abstinência, e da necessidade (funcionalidade) da redistribuição da renda. Neste contexto reaparecem, com sinal trocado, as preocupações de 1919. Se o temor de Keynes era, após sua retirada da Conferência de Paris, ante a negativa das classes trabalhadoras em continuar "renunciando ao seu consumo" e com a possibilidade dos capitalistas resolverem "gozar mais plenamente suas facilidades, enquanto durem"; agora a sua apreensão passa a residir, justamente, de que tal não se dê na extensão desejável. Já são claras na sua mente, neste momento, a funcionalidade tanto das reivindicações dos trabalhadores, quanto de uma filosofia do hedonismo para a classe capitalista. É perspicaz, neste sentido, a observação de Daniel Bell de que... "A Teoria Geral... Não foi apenas um tratado econômico, mas também um ataque sociológico selvagem contra o 'puritanismo'... que tem prezado as artes da produção além das do prazer" (cf. Bell, 1953, p. 67). De fato, tal mensagem está na própria abertura do capítulo em questão:

"... Já vimos - escreve Keynes que dentro dos limites da existência do pleno emprego, o crescimento do capital não depende absolutamente de uma baixa propensão a consumir mas é, ao contrário, reprimido pela mesma"...

Aqui se encaixa o argumento da redistribuição da renda:

"O nosso raciocínio leva-nos, desse modo, à conclusão de que nas condições contemporâneas, a abstinência dos ricos mais provavelmente tolhe do que favorece o crescimento da riqueza. Fica assim invalidada uma das principais justificativas sociais da grande desigualdade de riqueza... Isto afeta particularmente o nosso modo de encarar os impostos sobre heranças"... (Keynes, 1936, pp. 253-254).

O controle estatal preconizado para os investimentos e para a política monetária reaparece no terreno da propensão a consumir:

"O estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas" (ibid, p. 256).

Tais colocações habilitam a Keynes, no assalto seguinte, a nocautear seu straw-man predileto, o rentista, cuja eutanásia é conectada com uma "transição silenciosa"; não sabemos muito bem para onde:

"Embora este estado de coisas (saturação de capital incluída LBC) seja perfeitamente compatível com certo grau de individualismo, ainda assim levaram à eutanásia do RENTIER e, conseqüentemente à eutanásia do poder cumulativo de opressão do capitalista em explorar o valor da escassez do capital.

Conseqüentemente, eu considero o aspecto de Rentier do capitalismo como sendo uma fase transitória, que desaparecerá logo que tenha desempenhado sua função (Marx aplaudiria esta passagem LBC). E - continua Keynes - com o desaparecimento deste aspecto muitas outras transformações deverão ocorrer. Além disso, uma grande vantagem na ordem dos acontecimentos que preconizo... É que nada terá de repentino, mas será meramente uma continuação gradual e prolongada de que vimos observando recentemente na Grã-Bretanha, sem carecer de qualquer revolução" (ibid, p. 255).

Não resta dúvida que ainda há muito o que ser escrito sobre a relação de Keynes com Ricardo, e neste contexto será certamente aproveitada a anotação de Marcello de Cecco, que nos diz que... "Keynes Thought he had buried Ricardian economics, but in his works, particularly in the General Theory, he was only praising it... Keynes substituted the financier for the landowner and focused on the level of unemployment... resulting from the same

fight. Full employment in an age of plenty was to him what capital accumulation in an age scarcity was to Ricardo: the premier instrument of social stabilization" (De Cecco, 1977, p. 22) (20).

Há, todavia, um outro aspecto curioso a ser resgatado no anterior. Na obra de Ricardo existia uma evidente funcionalidade entre a tarefa fundamental a ser cumprida e a classe que a cumpriria - a capitalista - e cujo poder econômico tornava-se hegemônico à época. Em Keynes não há tanta clareza (há muito pouca na realidade) sobre tal conexão. Aos capitalistas, ainda reconhecidamente poderosos (a parte do exagero do REPLY do autor a Shaw no New Statesman and nation de 10/11/34)(21) não se sabe muito bem que papel está reservado neste Brave new world - por ele proposto (cf. Keynes, 1936, pp. 255 e 257).

Aqui, vêm-nos diante de um problema na análise de Keynes. A ausência de uma teoria política do funcionamento do capitalismo maduro; uma deficiência cujas implicações seriam logo percebidas por Schumpeter, e cuja exploração contemporânea tomaram a si, por exemplo, Huntington, Bell e Brittan. Devemos adiar, no entanto, o comentário a este respeito; deixêmo-lo para as conclusões do trabalho. Agora, queremos finalizar o nosso exame das idéias de Keynes.

Não cabem dúvidas sobre suas convicções quanto à função de "Grande Manager" que deveria ter o Estado neste "pluralismo corporativo" que aponta - e cremos que estava certo - como a única saída democrática para o capitalismo maduro (cf. Maier, 1975 e 1981 a respeito do conceito de "pluralismo corporativo").

Com efeito, é iluminada a sua equação entre alargamento do estado e preservação da democracia:

"Por isso - diz - enquanto a ampliação das funções do governo... poderia parecer a um publicista do século XIX, ou a um financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, eu a defendo, ao contrário, como o único meio exequível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual" (Keynes, 1936, p. 257).

Finalmente, em linha com as agudíssimas reflexões realizadas por Tugan-Baranovsky nos começos do século, retomadas por Hilferding e Rathenau nos anos da guerra, e antecipando o futuro que vemos hoje se realizando na imagem do capitalismo japonês, Keynes não tinha nenhuma hesitação em reconhecer a superioridade do capitalismo organizado também enquanto forma de potencialização do crescimento.(22) É, aliás, de 1926 sua sentença a este respeito:

"De minha parte, acho que, sabiamente administrado, o capitalismo provavelmente pode se tornar mais eficiente para atingir objetivos econômicos do que qualquer sistema alternativo conhecido, mas que em si, ele é de muitas maneiras, sujeito a inúmeras objeções. Nosso problema é o de criar uma organização social tão eficiente quanto possível sem ofender nossas noções de um modo satisfatório de vida (Keynes, 1926, pp. 125-126) (23).

Sylos Labini, em um perceptivo ensaio, retratou a Schumpeter como um "marxista conservador". Queremos finalizar esta parte de nosso trabalho sugerindo que a Keynes poderia ser aplicada com justiça - não sabemos se ele se sentiria homenageado com isto... - a expressão "Liberal Revolucionário".

5 - CONCLUSÃO

Devem ter ficado claras para o leitor, nas páginas anteriores, nossa simpatia e admiração pelas idéias do autor da Teoria Geral. Se não ficaram, permita-nos explicitá-lo agora, com todas as letras. Nossa avaliação do seu legado é amplamente positiva. Isto porém não significa, é óbvio, que o mesmo não nos suscite perguntas ou que o consideremos acima da crítica. É claro que existem lacunas no pensamento de Keynes, e já deixamos uma ou duas assinaladas nas seções anteriores. Escapa à dimensão deste trabalho, uma análise crítica pormenorizada dos problemas ali detectáveis; até porque se nos propuséssemos a isso, o ensaio se estenderia algo além da paciência do leitor, que suspeitamos já próxima do ponto de tolerância.

Ainda assim, queremos deixar anotados um par de questões dirigidas a Keynes. Há um autor em particular que nos oferece material para fazê-lo: Joseph Schumpeter, seu contemporâneo. A obra de Schumpeter traz consigo objeções de natureza tanto "econômica" quanto "política", endereçadas à de Keynes. É sobretudo na páginas do Capitalism, Socialism and Democracy que se pode resgatar as mais importantes. Faremos referência a duas delas, uma relativa à teoria econômica, e outra referente a pressupostos políticos.

A primeira tem a ver com as bases da hipótese da maturidade feita por Keynes. Elas seriam segundo Schumpeter, insustentáveis nos termos em que foram propostas, ou pelo menos - podemos nós acrescentar -, bastante prematuras. De fato, a tese da "saturação de capital" deve ser considerada com reservas. Ela parece residir numa concepção de investimento como um "once for all process", cujo caráter cumulativo tenderia a levar o sistema a uma margem progressivamente menor de ampliação-valorização do estoque de riqueza existente. São curiosas, incidentalmente, as semelhanças entre esta concepção e a de Marx, contida no terceiro volume do capital e, associada à "elevação da composição orgânica do capital" (cf. Marx 1894, parte 3, caps. 13-15). Embora os mecanismos pelos quais se chega ao resultado difiram, ambos os autores parecem ver no investimento, a longo prazo, um processo de destruição da rentabilidade do capital (cf. Heilbroner, 1984, p. 686, a respeito). Em Keynes, é perceptível que estamos frente a uma consideração do investimento muito mais como adição à capacidade produtiva existente do que como acréscimo à demanda efetiva. É fato também, que não parece ser clara para o autor da Teoria Geral, a dinâmica interna dos setores produtivos, principalmente os responsáveis pela expansão dos meios de produção; processo cuidadosamente estudado por Tugan-Baranovsky, e pelo seu aluno N.D. Kondratieff, e desenvolvido de modo brilhante por Schumpeter sob a rubrica de "destruição criadora". (24) A hipótese analítica que lhes serve de base é a da consideração da tecnologia como um "oceano de possibilidades", ou, no dizer de Schumpeter, "um mar não-mapeado" (Schumpeter, 1942, p. 155). A consideração do investimento como processo de "destruição criadora" permite a estes autores acentuar seu impacto rejuvenecedor sobre a estrutura pro-

ductiva existente. Isto, por sua vez, afeta claramente a questão da saturação do capital. Schumpeter é eloqüente a este respeito quando polemiza (indiretamente) com Keyens na segunda parte (capítulo x) do seu livro em questão ao criticar a idéia da constituição da estrutura produtiva capitalista como um "once for all process".

"Isso, argumentam eles, realizou-se no século XIX. Enquanto isso acontecia, criava incessantemente novas demandas por bens de capital; daí por diante, entretanto, não se contando as adições, só permanece a demanda para substituição. O período de construção do esqueleto produtivo capitalista seria assim, afinal de contas, um intermezzo único, caracterizado pelo fato de que a economia capitalista distenderia todos os nervos para criá-lo, equipando-se dessa forma, para o propósito de produzir para maior produção a uma taxa que agora é impossível manter".

Ao que responde

"Essa é, na verdade, uma descrição verdadeira surpreendente do processo econômico..."

... As adições ao esqueleto produtivo capitalista em regra, competem as peças existentes. Elas destroem a utilidade econômica dessas últimas. Portanto, a tarefa de produzir equipamento nunca é resolvida de uma vez por todas". (ibid, p. 156, grifo meu).

Numa outra passagem, dirigindo-se desta vez principalmente a Alvin Hansen, observa:

"A conquista do ar pode muito bem ser mais importante do que a conquista da Índia. Não devemos confundir as fronteiras geográficas com as econômicas". (ibid, p. 154).

A força dos argumentos anteriores é teoricamente visível, e, sobretudo, historicamente convincente; e nos reforça a convicção de que há um que de "Luxemburguiano" na concepção, de longo prazo, de investimento, de Keynes.

A outra ponta da hipótese da maturidade é igualmente problemática: a da saturação vista pelo lado da demanda de consumo, do seu saciamento; a sugestão de um limite para os desejos dos consumidores. Tal proposição escora-se em Keynes, na sua "lei psicológica fundamental" a qual, quem sabe, não se inspirou na conhecida proposição neoclássica da utilidade marginal decrescente no consumo de uma dada cesta de bens. O problema aqui, reside justamente neste termo dada, na medida em que, como também salientou Schumpeter, uma das características centrais do capitalismo maduro é a diferenciação de produtos e a "destruição criadora" também dos desejos e pautas de preferência dos consumidores (cf. Schumpeter, 1942, pp. 149-150 e 484-87). Ou, poderíamos talvez colocar a questão por outro ângulo: não teria Keynes subestimado a capacidade de "marketing" do sistema, ou a "irracionalidade do consumidor", os quais chegaram a se conectar, na história recente da sociedade norte-americana, com algo próximo a uma inversão da "lei psicológica fundamental". O endividamento pessoal parece ter substituído, na América Yuppie, a prognose keyensiana de uma correlação positiva entre crescimento da renda (pessoal) e volume desejado de poupança. O filme de Norman Stone, Wall Street, recentemente exibido aqui é, aliás, eloquente a este respeito. É certo que tal exemplo pode ser tomado, de várias formas, como exceção e não regra, e a objeção cobraria algum sentido; mas, o que importa notar é que não há, partindo-se desta outra concepção - schumpeteriana - de investimento e de concorrência, qualquer razão teórica para se postular quer a "lei psicológica fundamental" quer um limite fixável para os desejos de uma comunidade. E, acrescentemos, isso é válido inclusive para uma população em declínio (cf. Schumpeter 1942, pp. 150-151).

Pois bem, o problema envolvido no anterior e, a nosso juízo a confusão, presente em Keynes, entre resolução do problema da escassez (isto é, possibilidade de saciamento das necessidades absolutas de uma população ou sociedade) e saturação de desejos e/ou capital; uma inequação que ele encara como equação. Na rea-

lidade, um argumento bem mais plausível, e é útil a leitura do livro de Marshall Berman a este respeito, é o de que uma "sociedade da abundância" pode ser infinitamente mais "desejante" e "auto-rejuvenecedora", tecnologicamente falando, do que outra ainda aferrada aos "grilhões da escassez" (cf. Berman, 1982 Introdução e cap. 2 a respeito). Há porém, "um Keynes" que pode ser resgatado por esta perspectiva. É aquele que assina o brilhante ensaio The economic possibilities of our grandchildren, já discutido por nós.

No texto de 1930, o que percebemos é que há uma tese da maturidade econômica, mas, também, que ela não é discutida em termos estagnacionistas. Pelo contrário, o que surge como a face mais pronunciada do escrito é a explicitação de uma problemática rigorosamente contemporânea: a de como organizar as relações entre emprego-trabalho-lazer numa sociedade tecnologicamente avançada e apontada para progressos cada vez maiores. O parentesco deste Keynes e não com Rosa Luxemburgo, nem Alvin Hansen, mas com Berman e, principalmente, como já assinalamos e queremos sublinhar, com André Gorz.

A segunda questão que queremos levantar relaciona-se, de certo modo, com o funcionamento político de tal sociedade. Já houve quem localizasse nesta esfera uma insuficiência nos escritos de Keynes, apontando para a sua pouca atenção aos "aspectos políticos do pleno emprego". Invariavelmente os nomes de Kalecki (quando a voz vem da esquerda) ou Hayek (quando emana da direita) são invocados para lhe dar "lições" neste particular. (cf. Marra-mao 1982, Introdução, e Lilley 1977, a respeito). Não nos parece que este seja o ângulo mais apropriado para dirigir-lhe críticas, pois sua percepção dos problemas ali envolvidos é aguda, e rigorosamente contemporânea à de Kalecki. No mesmo ano em que o engenheiro-economista polonês publicava seu artigo sobre a questão do pleno-emprego (1943), Keynes escrevia para Frank Graham perguntando o seguinte:

"How much otherwise unavoidable unemployment do you propose to bring about in order to keep the trade unions in order? Do you think it will be politically possible when they understand what you are up to? (Keynes 1943, cit. in Cairncross 1978, p. 57, grifo meu).

No fim do mesmo ano, explicava a outro correspondente:

"The task of keeping efficient wages reasonably stable (I am sure they will creep up steadily in spite of our best efforts) is a political rather than an economic problem" (Ibid. grifo no original).

Em 1945, junho, escrevia, em tom um tanto enigmático, uma espécie de desafio às suas próprias prescrições:

"One is also, simply because one knows no solution, inclined to turn a blind eye to the wages problem in a full employment economy" (ibid).

Como se percebe, não é possível acusar a Keynes de ignorância do problema. O que se pode dizer, sim, é que ele não tinha "na manga" uma solução instantânea, ou ideal, para tal. Isto é verdade mas o que frequentemente é esquecido é que os "remédios keynesianos foram sugeridos e surtiram efeito, não apenas pra lidar com uma dificuldade real e inquestionável do capitalismo à época, a da sua sobrevivência política. Presta-se também muito pouca atenção ao fato de que Keynes não inventou nem os grupos de pressão nem as tendências ao corporativismo; com efeito, Von Mises não precisou esperar pela Teoria Geral ou pelo Employment act. Em 1931 ele já diagnosticava a crise em que vivia como fruto da expansão do Sozialstaat.⁽²⁵⁾ Keynes apenas reconheceu-as e tentou produzir um framework para sua organização. Voltaremos a este ponto em seguida.

Há, contudo, no anterior, um flanco por onde a crítica pode avançar. Trata-se da concepção de funcionamento da democracia, e da lógica da ação coletiva que dali se deriva, implícitos no pensamento do autor. Por esta via, é uma proposição que defenderemos, não é possível ou necessário o cancelamento da "Agenda" de Keynes, mas, torna-se certamente aconselhável sua problematização. Esta tarefa, Schumpeter também incumbiu-se de realizar. Temos pouco o que fazer além de resgatá-lo.

A filosofia da democracia presente em Keynes é a clássica, convenientemente sumarizada por Schumpeter na seguinte definição:

"O método democrático é o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade geral" (Schumpeter 1942, p. 313).

As suposições que fundamentam tal concepção são também resumidas por Schumpeter: de que há tal coisa como o "bem-comum", o qual se equaciona com a "vontade do povo" de que esse "bem comum" implica respostas definidas a todas as perguntas, de modo que todo fato social e toda medida tomada, ou a ser tomada podem, inequivocamente, ser classificadas como boas ou ruins. De que a única coisa que, presumivelmente, pode trazer discordância, excepto estupidez e interesses sinistros, e responder pela presença de uma oposição, é a diferença de opinião quanto à velocidade em que o objetivo, ele mesmo comum a quase todos, deve ser alcançado. De que os membros da comunidade conscientes de tal objetivo, conhecendo seu próprio pensamento, discernindo o que é bom do que é ruim, tomam parte ativa e responsavelmente, na ampliação do primeiro e na luta contra o segundo, e que, também juntos, assumem o controle dos negócios públicos. Finalmente, de que há uma classe ou grupo de especialistas "iluminados" e desinteressados" (daquilo que não seja o bem comum) capazes de implementar as medidas a ele conducentes.

Samuel Brittan nos oferece uma comprimida, mas eficiente, indicação da sua presença no pensamento de Keynes:

"He took it for granted - escreve Brittan - that decision would ultimately be made by a small group of the educated bourgeoisie, who were inspired by a disinterested concern for the public good. He assumed that wrong decisions were taken out of intellectual error or, at worst, narrowness of vision; and that if the correct ideas were promulgated with sufficient clarity and vigour they would eventually win the day" (Brittan 1977, pp. 41-42).

A implicação mais importante a ser retirada do anterior é a assunção de uma sincronia relativamente forte entre o funcionamento das esferas econômica e política no capitalismo maduro e devidamente "racionalizado". Keynes a questionará, como vimos, em 1943/45, mas em correspondência privada, e de modo lateral aos seus escritos fundamentais. A crítica ao anterior, recentemente reproduzida por um bom número de autores entre os quais, por exemplo, Buchanan e Tullock, Huntington e Brittan -, ocupa cerca de vinte páginas no livro de Schumpeter (cf. Schumpeter, 1942, pp. 314-35). Não vamos reproduzi-la; diremos apenas que se escora em três elementos, a saber, a refutação da existência de algo como "bem-comum", a colocação em relevo de que mesmo que existisse, isso não implicaria respostas igualmente definidas para as questões isoladas, e, em função das duas proposições anteriores, na negação, também, da existência de uma abstrata "vontade do povo" ou "geral" que possa servir de índice das medidas a serem tomadas. Ele "namora" um quarto elemento, o papel da irracionalidade no ser humano, que não cremos prudente desenvolver aqui, pois se aceite pode comprometer muito mais do que Schumpeter tem em mente; incidentalmente, seu próprio discurso...

Esta concepção de democracia, chamêmo-la "ingênua" no momento mas com direito a retificações adiante, Schumpeter substitui por uma outra que define como "aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população" (Schumpeter 1942, p. 336). Tal idéia radica, no fundamental, na consideração do processo político como a "political market", "...Governed by the self-interest of politicians, officials and voters" (Brittan, 1977, p. 41). Esse novo prisma obriga a um outro olhar tanto para o funcionamento da política, quanto para a sua harmonização com a administração econômica. Brittan é eloquente a esse respeito:

"The political market place - diz - is characterized by the pursuit of self-interest by large groups, where (the) personal budget constraints are absent. Electors can rather more easily demand an increased slice of the cake without any agreement on the part of those who are supposed to have the thinner slices. The costs of the handouts... will not necessarily accrue to the groups who benefit from them. In each individual case... There is a strong incentive for the interest group to press its demands as forcefully as possible without any real discipline on the sum total of interest-group demands". (Brittan, 1977, p.45).

Do ponto de vista dos partidos políticos, a racionalidade funcional ao objetivo da maximização de votos é igualmente perversa; é aliás, complementar à dos demais grupos de pressão: é funcional que eles atendam as demandas dos grupos mais numerosos e/ou melhor organizados o que não necessariamente se coaduna quer com a estratégia mais eficiente quanto ao progresso econômico, quer com os interesses dos demais grupos. Ademais, seus programas tendem a ter como pano de fundo não a racionalidade econômica enquanto tal, mas os programas dos partidos adversários; sendo montados para superá-los na atração de votos. A regra facilmente passa a ser "o céu é o limite", e o resultado mais flagrante, o de que a administração econômica fica sujeita à uma lógica perversa que emana do sistema político. Nestas condições, quanto maior o poder dos policy-makers, pertencentes, leais ou submetidos a algum partido mais grave pode se tornar o problema.

A questão é pertinente e, como já é evidente ao leitor, estamos diante de um debate contemporâneo em cuja medula há uma feroz tentativa de desautorizar e desmantelar o projeto de Keynes. Mais que isso, encontramos-nos frente a um questionamento - Brittan e Huntington são suficientemente explícitos a respeito - da compatibilidade entre capitalismo maduro e democracia plena (cf. Brittan 1975, 1977, 1978 - Huntington 1968, 1974, 1976). A controvérsia acerca deste último ponto é antiga; ela atravessa - como nos mostrou recentemente Clauss Offe - a economia política clássica reaparece no marxismo, há uma reflexão particularmente

Interessante em Tugan-Baranovsky, é retomada por Schumpeter e volta hoje a se impor, a socialistas, liberais e conservadores (a distinção tornou-se um tanto confusa mas mantemos os termos, em homenagem à tradição). (26) Uma referência a este debate, do ponto de vista da recuperação do "projeto de Keynes", nos dará a oportunidade de concluir.

A iniciativa recente mais ousada neste sentido, e cujo ruído não cessamos de ouvir, é a de Mancur Olson, que após reeditar, aparentemente sem sabê-lo, a crítica schumpeteriana à lógica clássica da ação coletiva, decidiu conferir-lhe o status de uma teoria geral da "Ascensão e do declínio da nações" (cf. Olson, 1982, 1983). A idéia central que o anima não é difícil de resumir. O próprio Olson encarrega-se de fazê-lo numa entrevista concedida à revista Challenge, em janeiro de 1984. Ali ele diz:

"The unifying idea is that any group of firms or individuals in the economy will be able to collude or organize for collective action only slowly and great difficulty, but that this collective action, once it occurs, is normally bad for efficiency, growth and macroeconomic performance" (Olson 1984, p. 15).

O argumento não é novo, ele já se encontra em The Wealth of Nations, publicado, como se sabe, em 1776; e pode inclusive, se reformulado e em determinadas condições, como veremos, cobrar alguma relevância. Sua pretensão sim, é nova. Retomando, triunfalmente, proposições de Smith e transformando um condicional em imperativo, Olson postula que os grupos de pressão ou "coalizações distributivas", uma vez instituídos produzem como regra geral a estagnação econômica, o bloqueio do crescimento. Não é este o lugar para uma crítica minuciosa de seus argumentos, embora a tentação seja grande. Para isso, remetemos o leitor para Mueller et alii (1983) e Torres Filho (1987). Não podemos nos dispensar todavia, de algumas observações a este propósito.

Em primeiro lugar, é necessário assinalar que para um admirador do sincretismo teórico, o livro (1982), deve ser encarado como um sucesso. Smith, Ricardo, neoclássicos, Keynes, keynesianos e pós-keynesianos, monetárias, expectativas racionais, a

literatura sobre organização industrial and so on; não há corrente de pensamento que não tenha vez na salada preparada pelo autor. Sua digestão corre o risco, entretanto, de se transformar em indigestão pois elementos tão antinômicos quanto o aplauso à contribuição de Keynes e a declaração de que... "The most important macroeconomic policy implication is that the best macroeconomic policy is a good microeconomic policy" (Olson, 1982, p. 233) convivem pacificamente em suas páginas. Em segundo lugar, o livro exala um forte aroma de nostalgia em relação ao "Paraíso Perdido" de um capitalismo "puro" que não se sabe bem quando (ou se) existiu. Dividido, neste ponto, entre as correntes clássica e neoclássica, apesar de sua negação ao referencial da concorrência perfeita - a página 59 do livro em questão é particularmente contraditória a este respeito - Olson repropõe, de forma um tanto confusa, a tese das "fricções" à operação da mão invisível, isto é, de que as práticas monopolistas na esfera produtiva, cartéis ou sindicatos por exemplo, esterilizam o crescimento. É um velho argumento cuja melhor refutação está em Schumpeter, num conhecido capítulo de sua obra de 1942 intitulado justamente "Práticas monopolistas"; ou, se a evidência empírica for a escolhida, no desempenho do capitalismo ocidental (e japonês) no grande ciclo que produziu - o mais intenso de sua história aliás - após a segunda guerra. Em terceiro lugar, e ainda acerca da evidência empírica, sua ingenuidade é, como observou recentemente Perry Anderson, impressionante: o Japão é tratado como um caso exemplar dos "free market principles" (cf. Anderson 1987, p. 74 nota 95 e Torres Filho, 1987, pp. 12-22). Incidentalmente, os comentários relativos ao desempenho da confederação Germânica (Zoolverein) e da Alemanha Imperial são igualmente pobres e desinformados (cf. Veblen 1915, Gerschenkron 1962, Landes 1969, e Kocka 1978, para análises sérias e documentadas a este propósito). Em quarto lugar, é importante observar que muito da pretensa amplitude da sua explicação tem a ver com a vaguidão do seu conceito-chave: o de organização ou "coalização distributiva". Com efeito, em sua "análise" tal papel pode ser representado por uma guilda medieval ou um cartel da indústria química, tanto uma associação de sapateiros quanto um partido político ou... o governo, "a maior das organizações" (Olson cit por Torres Filho 1987, p. 111). Com tal gene-

rosidade conceitual, não admira que o autor se proponha a explicar fenômenos tão díspares quanto...

"... The rapid postwar growth of west Germany and Japan, the slow growth and ungovernability of Britain in recent times, and at the same time with Britain's record as the most rapidly growing country in an earlier time. It is consistent with the slower growth of the northeastern and older midwestern regions of the United States and with the faster growth of the south and the west... The theory also is consistent with the rapid growth of the six nations that funded the common market, the rapid growth of the United States throughout the nineteenth century, and the rapid growth of Germany and Japan in the later part of the nineteenth and early twentieth centuries. The theory fits the growth of Britain and of Holland and (less clearly) of France in the early modern period... it explains the decline of old cities in the midst of these expanding countries and the scattered, transactions-intensive putting-out system. The theory is consistent with the phenomenal postwar growth of Korea, Taiwan, Hong-Kong and Singapore and with the guild-ridden stagnation of the China that was first exposed to European pressure, not to mention the similar stagnation in India. Finally, the theory fits the pattern of inequalities and the trade policies of many of the unstable developing countries, and a number of other facts as well (1) (Olson 1982, p. 235).

Ao que, acrescenta candidamente:

"It is hard to see how it could explain so many diverse phenomena so simply if it were wholly or mainly false" (ibid, p. 236).

Para concluir, certamente motivado pelo seu gosto pelo paradoxo dizendo:

"Eut even if theory here should to my surprise be entirely correct, it still considers only one among the many factors affecting the phenomena I have endeavored to explain" (ibid).

Finalmente, há a observação, feita por Norton e compatível com esta "cláusula de retirada" anotada por Olson mas totalmente incompatível com o espírito (e com o longo trecho anteriormente transcrito do livro, de que... "Historical time includes other things besides the coalescence of interest groups. Granting the something about continuous historical development cuts a system's flexibility, how do we know that it is polyarchy?" (Norton, 1986, p. 20). Com efeito, transformar correlação em causalidade nunca foi sinônimo de boa teoria.

Mancur Olson não parece apreciar a obra de Joseph Schumpeter. Só o cita uma única vez no livro de 1982, numa nota desacompanhada de qualquer referência bibliográfica (seu nome sequer aparece no index). É uma pena. Os ensinamentos de Schumpeter poderiam tê-lo socorrido do caleidoscópio teórico e empírico em que se envolveu, preservando e filtrando as meias-verdades contidas nos seus argumentos. (27)

Já vimos que a crítica schumpeteriana à concepção clássica democrática traz em si embutida, também, uma objeção à lógica da ação coletiva a ela associada. Mas há mais; pode-se retirar da sua teoria da difusão das inovações, e do conceito de destruição criadora que a acompanha, um tipo de conflito inteiramente afim a esta problemática: a luta entre "tradicionalistas" e "progressistas", ou "conservadores" x "modernistas". Na nota supracitada Olson refere-se, muito brevemente, à teoria da inovação de Schumpeter, mas dali extrai tão poucas consequências que é de se aventar que ele não conheça diretamente os livros deste autor. Há em Schumpeter toda uma discussão a respeito das resistências econômicas, sociais e psicológicas às inovações que trazem consigo grandes processos disruptivos (cf. Schumpeter 1912, cap. 2, 1928, pp. 68-69 por exemplo). A utilidade, como instrumento analítico, desta proposição, não deve ser subestimada. Ela permite que se faça uma conexão dinâmica, ausente em Olson, entre os processos de transformação estrutural da esfera produtiva e as constelações de forças sócio-políticas capazes de retardá-los ou po-

tencializá-los. Esta última alternativa, que é aliás a própria essência do desenvolvimentos alemão e japonês tanto no século XIX quanto no presente, aparece de forma excessivamente pálida nas suas páginas. Com efeito o mundo de Olson é uma one way street onde só são focalizados os efeitos das coalizações sobre o crescimento, e não o deste sobre aquelas, e ainda, é um mundo onde os "progressitas" estão sempre sendo encarcerados pelos "tradicionalistas". Há inclusive uma passagem sua que o poderia ter levado a rever o raciocínio (sintomaticamente, ele se escora - a única vez que o faz - no paradigma de Schumpeter):

"But what gives rise to temporary profits? Most notably, innovations of one kind or another... And the greater the extend of the profits due to the difficulties of entry and imitation, the greater the reward to the innovations that mainly explain economic growth and progress" (Olson, 1982, p. 61).

Qual a implicação do anterior? Quanto mais "profitable" o mercado em questão, mais pressionadas serão as coalizações nele incrustadas para cederem. Quando a Exxon investe bilhões de dólares na área de computação ou quando os KEIRETSU japoneses arrembentam a indústria automobilística norte-americana, é disto que estamos diante. Mas Olson não contempla este lado da questão; os conceitos de concorrência e fluidez de capital que o informam cancelam este ângulo de análise.

O argumento schumpeteriano, por sua vez, prescinde do referencial clássico-neoclássico. através dele é possível postular que as "práticas monopolistas" potenciam a incorporação de inovações e o crescimento, e que o capitalismo maduro é mais e não menos concorrencial e eficiente do que aquele dos sonhos de Olson (cf. Schumpeter 1942, caps. VII e VIII e Clifton 1977 a respeito). Ele contém ademais, como se disse, a possibilidade do conflito progressitas x conservadores (inovadores x "resistentes" se quisermos) que é uma proposição complementar à "luta de classes" de Marx e Engels: sob a rubrica de "tradicionalistas" ou "resistentes" de Marx e Engels: sob a rubrica de "tradicionalismo" ou "resistentes" podem abrigar-se tanto empresários quanto sindicatos que, numa perversa aliança, podem imobilizar o estado arrancando-lhe barreiras alfandegárias e subsídios, e, assim fa-

zendo, podem tornar, para si, lucrativo o atraso (ainda que necessariamente por tempo limitado - embora este "tempo limitado" possa ser demasiadamente longo como mostram, por exemplo, os desenvolvimentos históricos da Argentina e do Brasil). O debate sobre política industrial nos EUA, acrescentemos de passagem, é rico em indicações neste sentido.

Esta concepção absorve perfeitamente a "olsoniana", tanto na sua dimensão teórica quanto no exame histórico a ela associado. Tem a vantagem de destilar suas meias-verdades e integrá-las à um instrumental analítico bem mais consistente. Uma rápida referência ao período pós-45, o terreno mais cultivado por Olson, nos permitirá exemplificar. Na ótica schumpeteriana a guerra apareceria como um gigantesco processo de "destruição criadora", econômico e político, capaz de preparar admiravelmente bem as sociedades por ele afetadas, para um longo surto de crescimento. Com ele, quebram-se resistências e comprime-se a "tradição", criam-se condições para mudanças mais rápidas nas formas de organização industrial, comercial e social, podem ser mais facilmente introduzidos novos códigos de conduta cultural. Todo o argumento de Olson cabe aqui, sem que se faça qualquer referência a um passado idílico de *laissez-faire* vitoriano uso a tese das "fricções" à mão invisível do mercado. Na realidade, sobra espaço: No centro desta problemática está o binômio intensidade do desafio - força a resposta desenvolvido, não por acaso, por pensadores com os olhos postos na Europa Oriental (Tugan-Baranovsky, Trotsky, Veblen, Gerschenkron) e do qual Olson só recolhe implicações laterais.

Mancur Olson tem, todavia, razão em um ponto. As "coalizações distributivas" existem, e, mesmo quando destruídas, tendem a se refazer. E mais, podem se converter ou atuar como uma social-rigidittie e, assim fazendo, dificultar extremamente o equacionamento de determinadas questões. Este, aliás, era o diagnóstico de Keynes em 1919 (v. seção 1 supra, a respeito). A partir daqui, entretanto sua argumentação torna-se ainda mais vaga, oscilando entre o auto-cancelamento, e um perigoso discurso pró-estado autoritário. Com relação à primeira vertente da sua agenda normativa, é de causar perplexidade a candura com que enuncia as conclusões:

"A society with the consensus that has just been described might choose the most obvious and far-reaching remedy: it might simply repeal all special-interest legislation or regulation and at the same time apply rigorous anti-trust laws to every type of cartel or collusion that wed its power to obtain prices or wages above competitive levels" (Olson, 1982, p. 236).

A objeção surge espontaneamente: caso ocorresse o grau de consenso postulado pelo autor, não existiriam os problemas por ele discutidos. Não haveria, aliás, editor para o seu livro sobre a lógica da ação coletiva, pois, se assim fosse, estaríamos na presença, justamente, do "bem-comum" e da "vontade geral" que servem de base para a teoria clássica da democracia, e do tipo de ação coletiva que a acompanha. Neste sentido, as previsões de "marcha para o socialismo", de Schumpeter, e de "Egiptização" do capitalismo, de Weber, soam muito mais coerentes com os seus pressupostos. São "modelos endógenos de decadência liberal" que primam pela sobriedade normativa.

Há, entretanto, uma outra fase, bem menos romântica, neste perturbado autor. Na realidade, sob a máscara de um liberalismo exacerbado está mais uma versão da tese da conexão entre autoritarismo e desenvolvimento. Isso fica claro quando resgatamos sua declaração de que "os países cujos grupos de interesse foram emasculados ou abolidos por governos totalitários e pela ocupação estrangeira deveriam crescer relativamente mais rápido, uma vez que uma ordem estável e livre (!) tenha sido estabelecida" (Olson *cit* por Torres Filho 1987, p. 10. A exclamação é minha). Para um cidadão que se diz comprometido com a "democracia e a paz", (Olson 1983, p. 44) a declaração anterior não é abonadora. Mas, poderia ser mantida pelo "cientista" se fosse verdadeira. Não é. Trata-se de mais uma meia-verdade altamente condicionada para a história europeia (cf. Kurth, 1979 e Maier 1981 a respeito) e cuja falsidade para o cenário latino-americano José Serra encarregou-se de mostrar (cf. Serra 1979, pp. 101-154). O estudo da história recomenda cautela com as generalizações. E nesse caso, em particular, o argumento é válido: a idéia contém uma perigosa implicação. Pode inspirar aqui e ali sonhos autoritários como a forma de resolver os problemas do capitalismo, tan-

to o maduro quanto em "processo de amadurecimento" - Huntington e Brittain os tem freqüentemente. A utopia olsoniana se revela; e percebemos que ela tem na sua base não um retorno às raízes vitorianas od *laissez-faire*, mas a sociedade do "grande irmão" descrita por Orwell no seu clássico de 1948.

Em resumo, inquirindo-nos sobre o tipo de saída para as dificuldades do capitalismo contemporâneo sugerida por Olson, e pela corrente neo-liberal à qual pertence, a resposta que encontramos é uma desencorajadora diade: ou uma não-saída, o que significa para eles a extensão da entropia, já bastante presente no cenário que postulam, ou um mal disfarçado projeto de regressão política e contração da democracia. É um quadro triste, de onde o espectador se vê compelido a desviar o olhar. Mancur Olson é, todavia, como vimos, um autor suficientemente eclético para dar voz às mais distintas formulações. Ao seguir esta estratégia, ele naturalmente tangencia elementos importantes que não lhe chamam a atenção. Mas despertam a nossa. Um dos caminhos que considera como saída mas no qual não aposta nenhuma ficha pois descarta em seguida é, nada mais nada menos, do que o alargamento e a reorganização dos grupos de interesse, e não a sua supressão, de modo a torná-los mais capazes de sintonizar-se entre si, e de obter (construir) algo próximo a um consenso organizado:

"The argument here implies, for example, that industrial and enterprise unions will be less likely to pursue socially inefficient policies than will craft unions. The presence of encompassing organizations will also eliminate costly disputes over demarcation or jurisdiction and will prevent the reduction in innovation that occurs when each of many groups has veto power over changes" (Olson 1983, p. 24).

O argumento é retomado algumas páginas adiante, embora o tom não seja entusiástico:

"There is also a good chance that economic efficiency could be improved by making special interest groups more encompassing... .. It is by no means always an unrealistic possibility" (ibid, p. 46).

Não necessitamos seguir insistindo para indicar o que o leitor já terá percebido: que é neste contexto exatamente, que cobra atualidade o "projeto" de Keynes. Convergindo com Olson, e com toda uma corrente de autores que já mencionamos, Keynes reconhece as socio-economic rigidities introduzidas no sistema pelos processos de concentração, burocratização e corporativização que ganham corpo na virada do século (a diferença aqui é que para Olson as coalizações remontam, pelo menos, ao estado Ptolomaico). Reconhece inclusive, numa passagem problemática apontada por Schefold e na qual o exercício da arte da persuasão vai um pouco longe demais, que as inovações institucionais que sugeria seriam mais facilmente introduzidas nas... "... Conditions of a totalitarian state" (Keynes 1936 cit. por Schefold 1980, p. 175). Era o prefácio à edição alemã, de 1936, da Teoria Geral; o que ajuda muito a explicar a extravagância (o pragmatismo de Keynes conhecia poucos limites) mas, de forma alguma a justifica. Tal universo estava todavia longe, como vimos, de sintonizar quer com suas convicções, quer com suas conclusões. O que distingue Keynes tanto da tradição autoritária do passado quanto da sua versão neo-liberal atual é exatamente a forma pela qual ele propunha que se lidasse com as "coalizações distributivas". Keynes as sabia indestrutíveis por métodos democráticos - o recente episódio neo-liberal anglo-saxão é eloquente sobre isso - e o que sugere é a sua organização, como a única saída, repetimos, capaz de compatibilizar as tensões imanentes ao capitalismo maduro como preservação, e gradativa ampliação, das liberdades democráticas.

Projeto ingênuo? Nem tanto. A história recente do capitalismo japonês é, ao contrário do que pensa Olson, uma ótima ilustração da sua factibilidade. Ali, o que salta aos olhos é justamente a existência do consenso organizado, construído. O Team-Spirit e a racionalidade aditiva que dele emana certamente tem a ver com um atormentado processo histórico atravessado por enormes desafios cujo papel "construtivo", neste sentido, é difícil de exagerar. Escora-se também, no entanto, e muito, na adoção e aperfeiçoamento de pragmáticos princípios, como a conexão de parte substantiva do salário anual dos empregados das grandes empresas aos seus lucros, cujo patrono atende pelo nome de Henry Ford.

Mas, não precisamos viajar tantos milhares de quilômetros e confrontarmo-nos com um legado cultural tão distante do ocidental para exemplificar o que pretendemos. No norte da Europa há um enclave de capitalismo econômica e politicamente organizado que se encaixa como uma luva no que viemos chamando de "projeto Keynes": a Escandinávia, a grande ausência das páginas de Olson, e do horizonte anglo-saxão do neo-liberalismo em geral. Nas três nações que a compõe, o que descobrimos e, isto é fundamental, sem os traumas que caracterizaram as histórias alemã e japonesa, é um modelo primoroso de capitalismo organizado cuja moldura parece saída diretamente das oficinas de Keynes. Como isto veio a ser obtido não é um tema que possamos desenvolver aqui, naturalmente. Mas remetemos o leitor para um bom ensaio a este respeito: O de Timothy Tilton, publicado no *American Political Science Review* (vol. 68, 1974, pp. 561-571). Não custa nada assinalar todavia, a propósito do anterior, que o exame da história política do seu país mais representativo, a Suécia, revela-nos uma interessante conexão. O grande ideólogo da social-democracia sueca na sua fase áurea, Ernst Wigforss (1881-1977) tinha uma enorme convergência, política e prática, com as idéias do autor da Teoria Geral (cf. Tilton, 1979, pp. 505-519 a respeito).

No ensaio de 1983, quando tenta remediar a ausência da península Escandinava na sua análise anterior, Mancur Olson nos reforça o argumento:

"At first sight - diz -, Sweden seems to contradict predictions based on the model since that country, though it industrialized late, has enjoyed freedom of organization and immunity from invasion for an unusually long time.

It would, were it not for the fourth general hypothesis implied by the basic model, which states that sufficiently encompassing special-interest organizations will internalize much of the cost of inefficient policies and accordingly have an incentive to give greater weight to economic growth and to the interests of society as a whole. Sweden's main special-interest organizations are unusually encompassing, especially in comparison with those in Britain and United States" (Olson, 1983, p. 32).

O anterior nos revela, finalmente, algo do qual já víhamos suspeitando. Mancur Olson e os neo-liberais em geral estão lidando não com os problemas do capitalismo, mas, com as dificuldades de um tipo de, e inferior, capitalismo: o econômica e politicamente desorganizado. (28) Keynes já o sabia...

Vamos concluir assinalando três pontos. Em primeiro lugar, desejamos retificar algo que dissemos numa página anterior, quando chamamos de ingênua a concepção de democracia de Keynes. Talvez ela o fosse em parte, mas, será que não podemos encarar seu projeto político como o da construção das condições para a validade da concepção clássica de democracia? Em segundo lugar, queremos sublinhar que afirmar o anterior não significa postular que Keynes tenha "resolvido" o problema do poder no capitalismo maduro. Não o fez mas, a este respeito, podemos parafrasear Schumpeter, na sua crítica à hipótese da maturidade do próprio Keynes, dizendo que, como a questão da constituição da estrutura produtiva capitalista, a do poder também "nunca é resolvida de uma vez por todas". A contribuição de Keynes a este respeito é, como procuramos demonstrar, amplamente positiva, mas deve ser submetida a esta restrição. Por fim, gostaríamos de dirigir uma pergunta ao professor Wanderley Guilherme dos Santos: podemos atribuir a Keynes a paternidade de um "modelo endógeno de decadência liberal" (cf. dos Santos, 1988, cap. 3 a respeito do conceito)? De minha parte, suspeito que sim mas não apostaria uma ficha sequer na proposição de que esta decadência incluisse, no seu pensamento, também a nêtese da democracia. (29)

NOTAS

- 1 - Procuraremos indicar traços desta convergência ao longo do estudo. Para um exame mais detido dos diagnósticos produzidos pela tradição marxista, V. Caludin 1970, Marramao 1982, Hansen 1985 e Burlamaqui 1986.
- 2 - Este tema será retomado, de forma inclusive mais matizada e equilibrada, no seu ensaio "The economic possibilities of our grandchildren" de 1930. Voltaremos a isto na terceira parte.
- 3 - Atente aqui o leitor, para a seguinte consideração: ao que tudo indica, para Keynes o século XIX não teria sido apenas imaginado assim, ele teria sido de fato isto mas, a conclusão se impõe, teria sido também uma exceção, um período único, excepcional, na história. Levando isto em conta, torna-se necessário reconsiderar a extensão da crítica de Keynes à economia clássica: talvez devêssemos vê-la como historicamente circunscrita, isto é, não à economia clássica em si; afinal, o século XIX tinha sido, na avaliação de Keynes, de fato, em larga medida, o "universo de Say"; mas à sua persistência nas mentes dos economistas e homens públicos quando já havia sido tornada obsoleta pela realidade do século XX. Há, neste sentido, pelo menos uma forte indicação, no seguinte trecho, contido em Am I Liberal?

"Half of the copybook ^{supra}wisdom for our ^{historical}statesmen is based on assumptions which were at one time, true, or partly true, but are now less and less true day by day. We have to invent a new wisdom for a new age". (ibid, p. 337, grifo meu).

Esta proposição é, ademais, totalmente consistente com a visão Keyens das transformações estruturais que atravessam o sistema a partir de meados do século XIX. (cf. no mesmo contido Skidlsky 1977, pp. 65-67, e Barrere 1952, Introdução)

4 - Há aqui também um interessante paralelismo entre a periodização do capitalismo aceita por Keynes, e a de Cunow-Lenin relativa às "três idades do sistema" (que reaparece de forma um pouco modificada em Steindl por exemplo. Cf. Cunow 1899, Lenin 1917, Steindl 1952). Há ainda uma segunda, e talvez mais interessante, convergência: com as teses de Karl Polanyi sobre a excepcionalidade do século XIX (A "Sociedade de Mercado" de Polanyi), as modificações trazidas pelo seu último quarto e a instabilidade delas decorrente, e até mesmo, com a conclusão Polányiana de que... O socialismo é, na sua essência, a tendência inerente a uma civilização industrial de transcender o mercado... (Polanyi 1980, p. 230). A exploração desta convergência seria fascinante, mas, não é este o lugar para fazê-lo.

5 - Ver a respeito, além dos títulos referidos acima (nota 1), Marx, 1867, cap. 24, seção 7 e 1894, cap. 27, Bernstein 1899, Kaustsky 1902 e 1909, Tugan-Baranowsky 1906 e 1913, Hilferding, 1910, 1915, 1927 e Lenin, 1916. Para a tradição weberiana, Weber in Adresky 1983, cap. 10, J.P. Wayer 1956, cap. 3, Schumpeter, 1928, parte 24, 1942, e Bathenau, 1919.

Há entretanto um ponto importantíssimo no diagnóstico de Keynes que o separa de social-democratas e weberianos (aproximando-o de Lenin, que Keynes cita com aprovação em The economic consequences of the peace, cf. Keynes 1919, pp. 205-07) e fala a seu favor: Enquanto que as duas linhas supracitadas (o Hilferding e o Schumpeter Weimarianos em particular) associam as "transformações estruturais" ocorridas com um processo de "Estabilização relativa" do sistema, Keynes aponta para o incremento da sua taxa de instabilização (para sermos justos, devemos assinalar que, na realidade, Bernstein - O "Pai" da tradição social-democrata - é ambivalente a este respeito e quanto a Tugan, sua convergência seria mais, pelo que pode extrair de escritos anteriores à guerra, com a posição de Keynes, cf. Burlamaqui 1986, cap. 2 (seção 2) 3 (seção 3) a respeito).

6 - São, a este propósito, muito interessantes as considerações de Keynes, sempre citando Lenin, a propósito da relação entre a inflação e desorganização do aparelho capitalista (V. Keynes 1919, pp. 206-13).

7 - O freqüentemente decantado horror de Keynes ao bolchevismo procede mas, isso não deve ser estendido - o que costuma ocorrer - à experiência revolucionária soviética como um todo. Na conclusão de seu ensaio de 1925, a Short View of Russia, ele faz a seguinte declaração:

"Here - one feels at moments - in spite of poverty, stupidity, and oppression, is the Laboratory of Life. Here the chemicals are being mixed in new combinations, and stink and explode. Something - there is just a chance - might come out. And even a chance gives to what is happening in Russia more importance than what is happening (let us say) in the United States of America. (ibid, p. 311).

Vasculhar os escritos políticos de Keynes é sempre sinônimo de topar com instigantes provocações.

8 - Aqui, vale notar, Keynes e Hilferding se separam de Weber e Schumpeter. A "Iron Cage of Modernity" dos dois últimos era a "Adventure of it" dos primeiros (para uma discussão interessante da tese de Weber, v. de Hans Haferkamp, o ensaio "Beyond the Iron Cage of modernity? Achievement, Negotiation and Changes in the Power Structure" in Haferkamp 1987, pp. 31-34).

9 - V. a respeito, Business Cycles (1939) vol. 2, cap. 15. O ensaio de Schumpeter escrito "em cima" da depressão é muito menos enfático no argumento posto em relevo por Keynes do que viria a ser na obra supracitada (cf. Schumpeter 1951, pp. 93-97).

10- Schumpeter repetirá o exercício, com ares de ineditismo, em 1942 (cf. Schumpeter, 1942, cap. 6).

- 11- Cf. Marx 1977 (1857-58) vol. 2, pp. 216-30; Mill 1983 (1848). Livro quarto, cap. 6 e Gorz, 1980 e 1983 passim.
- 12- O tema é retomado no ensaio the Dilema of Modern Socialism, de 1932, que referiremos em seguida (v. a este respeito, p. 196).
- 13- Cf. Keynes, op. cit., ibidem.
- 14- V. a respeito Garvy, 1975, pp. 397-401.
- 15- "It is imperative - escrevia Bauer em julho deste ano - That we should explore new avenues. No economic revival can be hoped for from the free play of market forces. Great public works and orders alone can set the economy moving again. There is no lack of work to be done; the problem is how to find the money... let the government raise a loan on the capital market or, if necessary, from the banks and pursue a wise policy of credit expansion... unperturbed by credit and currency doctrines from the past... (and this will prove no unsurmountable obstacle.)" (Bauer in Arbeiter-Zeitung cit por Prager 1964, p. 327) v. também Bauer, 1936, cap. 1.
- 16- Cf. Schumpeter, 1919, p. 124.
- 17- Um dos traços que emerge com força de nosso estudo é o equívoco de se atribuir a Keynes a exclusividade da preocupação com o "curto prazo". Aliás, dadas a ambição do autor como intelectual, e sua auto-confiança, seria mesmo estranho que isto acontecesse. A frase "a longo prazo estaremos todos mortos" (1923) não deve ser interpretada desse modo estreito, e sim como um "Warning" de Keynes à irracionalidade dos políticos e do business ao seu redor.

- 18- São muito interessantes, neste sentido, as convergências de diagnóstico, e mesmo de "terapias" sugeridas, existentes entre Keynes e Walter Rathenau - que, notemos de passagem, era como o autor da Teoria Geral. "Homem de sete instrumentos". Rathenau foi, como se sabe, o responsável (junto com seu braço direito da AEG, Moellendorff) pela reorganização da economia alemã para a guerra de 1914-18. Seus conflitos com os junkers e a rápida destituição subsequente não impediram, por exemplo, nem a Hilferding nem a Lenin de absorver-lhe a experiência. Quanto a Keynes, suspeito que também terá aprendido com ele: um de seus artigos mais precoces, publicado no Economic Journal em 1915, tem o título de "The Economics of War in Germany" (cf. Keynes 1915, pp. . Quanto à Rathenau, v. seu panfleto de 1919 e também W.O. Henderson 1951, Villary 1980, e Tragtenberg 1980).
- 19- Na realidade, Keynes sempre teve o cuidado de sugerir a "compatibilidade potencial" de suas teses como universo da economia clássica. Num artigo postumamente publicado no Economic Journal ("The Balance of Payments of the United States, EJ junho de 1946) pode-se ler dele, a seguinte declaração: "... Sinto-me compelido, não pela primeira vez, a lembrar aos economistas contemporâneos que a doutrina clássica incorporava algumas verdades permanentes, de grande significado, que hoje estamos sujeitos a desprezar... É por esta razão que afirmel, falando na câmara dos lordes, aqui está uma tentativa de usar o que aprendemos na experiência moderna e na análise moderna não para derrotar, e sim para por em ação a sabedoria de Adam Smith" (Keynes, 1946, p. 185-87, grifo meu).
- 20- Poder-se-ia argumentar que há, nestas passagens "ricardianas" de Keynes, uma separação excessivamente rígida entre rentier e "Investidor", separação que a sua teoria da "escolha de portfólios" nega. O capítulo 17 da Teoria Geral é, aliás, particularmente elucidativo a respeito. Ali se demonstra que a fronteira entre ambos é fluída, que o "investidor" de hoje pode passar a condição de rentier "amanhã", de acordo com o grau de incerteza/instabilidade da economia; e voltar à de

"Investir" "depois de amanhã". Por outro lado, talvez seja possível defender Keynes sugerindo que no capitalismo organizado que tinha em mente, a incerteza e a instabilidade seriam aposentadas, e aí sim, seria possível separar radicalmente o rentier do investidor e "quebrar-lhe a espinha". Fica a dúvida.

21- Cf. CWJMK, vol. 28, p. 30.

22- Cf. Tugan-Branovsky 1901 (1913) e 1906, Hilferding 1915, Rathenau 1919 a respeito. Há também, queremos sugerir, uma convergência da análise de Keynes de 1919 com a de Kautsky, constante dos seus artigos sobre o "ultraimperialismo". Mesmo na Teoria Geral pode-se "pescar" uma passagem reveladora a este respeito:

"Mas se as nações podem aprender a manter o pleno emprego apenas por meio de sua política interna... não deveria mais haver a necessidade de forças econômicas importantes destinadas a predispor um país contra os seus vizinhos. Haveria o lugar para a divisão internacional do trabalho e para o crédito internacional... o comércio internacional deixaria de ser o que é... e se converteria num livre desimpedido intercâmbio de mercadorias e serviços em condições de vantagens mútuas" (Keynes, 1936, p. 258).

Para a análise de Kautsky ver sua coletânea editada por Luca Meldolesi (Meldolesi, ed. 1980) ou os brilhantes ensaios de Massimo L. Salvadori (Salvagori, 1981, caps. 3, 6 e 7).

23- Também é grande a sintonia com as idéias do grande ideólogo da social-democracia sueca, Ernst Wigforss. Voltaremos a mencionar este ponto na conclusão do presente trabalho.

24- Há uma referência obrigatória aqui a Marx. Não cabe dúvida que tanto Tugan quanto Schumpeter nele se inspiraram para desenvolverem esta linha de reflexão. No Marx dos capítulos 13 e 23 do primeiro volume d'o Capital, onde ele retoma brilhantemente sua concepção "Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar" das seções 1 e 2 do Manifesto.

25- Cf. Teló 1987, p. 150.

26- Cf. Offe 1984, pp. 356-59.

27- Penso que aqui toco num ponto importante: o que confunde inteiramente na argumentação de Olson, e pode cativar o leitor, é que estamos, o tempo todo, diante de meias-verdades que poderiam alargar o poder explicativo de análises que as incluíssem, mas nunca responder pela substância da explicação. Que as guildas mercantis holandesas, por exemplo, tenham influído no declínio da Holanda como potência não se discute. Que tenham produzido este declínio já é uma simplificação altamente desestimulante do ponto de vista da interpretação histórica e da construção intelectual. O mesmo poderia ser dito sobre o papel dos sindicatos norte-americanos no declínio industrial deste país, ou, da atuação do PMDB na desestruturação econômica que presenciamos. Acho que o ponto é digno de consideração.

28- É alentador perceber que as cabeças mais arejadas entre os liberais norte-americanos estejam levantando suas vozes na defesa de um programa "Keynes Like" como a única alternativa promissora para a nação. Ver a respeito a interessante "agenda" proposta por Arthur/Schlesinger Jr. em "Chegou a Hora dos Liberais" in JB, 15/5/88 (originalmente no Washington Post).

29- Quero, aliás, sugerir que, do meu ponto de vista, Keynes estaria mais interessado na preservação da democracia que do capitalismo, caso lhe ocorresse a possibilidade de um Trade-Off irremovível entre ambos. Não ocorreu, mas não há dúvida de que este é um debate contemporâneo.

183. TAUILE, José Ricardo. Novos Padrões Tecnológicos, Competitividade Industrial e Bem Estar Social: Perspectivas Brasileiras. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 183). 47
184. LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira; GOMES, Maria Célia. Sistema Financeiro da Habitação: Limites de Expansão de um Sistema Especializado. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 184) 65
185. FERRAZ, João Carlos. A Heterogeneidade Tecnológica da Indústria Brasileira: Perspectivas e Implicações para Política. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 185). 34
186. TIGRE, Paulo Bastos. How Does Latin America Fit Into High Technology?. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 186) 16
187. RUSH, Howard J. Manufacturing Strategies and Government Policies. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 187) 19
188. MAGALHÃES, Paulo; SILVEIRA, Caio Márcio L.P. da; MAGALHÃES, Maria Alice E. Programas Governamentais de Autoconstrução no Brasil: Um Estudo Comparativo. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 188) 43
189. PENA, Maria Valéria Junho. O Estado das Informações Sobre a Mulher no Brasil - uma avaliação. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 189) 49
190. TAVARES, Maria da Conceição. A Política Econômica do Autoritarismo. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 190) 15
191. AZEREDO, Beatriz; OLIVEIRA, Pedro Jorge de. Fontes de Recursos para o Orçamento da Seguridade Social. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão 191) 48
192. VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. O Postulado da Obrigação Política e Suas Justificativas Ideológicas na Teoria Clássica. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 192) 43

193. LIMA, Fernando Carlos G.C.Lima, FIORI, Jorge; MAGALHÃES, Paulo; TINOCO, Galeno; ZONINSEIN, Jonas; SILVEIRA, Caio Marcio L.P.da; GOMES, Maria Celia e BASTOS, Carlos M. Sistema Financeiro da Habitação e Programas Habitacionais Alternativos: Diagnóstico e Perspectivas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 193) 49
194. BATISTA, Jorge Chami. The Conditions for a Foreign Exchange Constrained Economy: A Critique of Joshi's Model. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 194) 16
195. FIORI, José Luís. Brasil: Uma transição democrática com crise orgânica do Estado. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 195) 38
196. TEIXEIRA, Aloisio; AZEREDO, Beatriz; MATSUTANI, Maurício; FAVERET, Paulo; OLIVEIRA, Pedro Jorge de. O financiamento da seguridade social em 1989: novos caminhos, velhos problemas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. Discussão, 196) 63
197. BATISTA, Jorge Chami. Structural Deficits, The Debt Cycle Hypothesis and the Transfer of Real Resources. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 197) 23
198. PEREIRA, Edgard Antonio e ROMANO, Ricardo. Política Anti-inflacionária e planos de estabilização: a experiência brasileira recente. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 198) 93
199. PROCHNIK, Victor. Programas regionais para modernização e difusão de tecnologia em indústrias tradicionais. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 199) 68
200. OLIVEIRA, Isabel de Assis R.de. O imaginário político do trabalhador na literatura brasileira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 200) 43
201. FIORI, José Luís. Sonhos prussianos, crises brasileiras. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 201) 59
202. MEDICI, André Cezar. Urbanização e Estrutura Ocupacional: Alternativas metodológicas para uma investigação. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 202) 64
203. MELO, Luís Martins de. O programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico da empresa nacional - PADTEN - (1973 - 1988). IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 203) 34
204. SALGADO, Lucia Helena. As propostas de coordenação monetária internacional de Keynes; a institucionalidade ausente de uma economia monetária de produção. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 204) 50

	Nº de páginas
205. LUSTOSA, Tânia Quiles de O. & FIGUEIREDO, José Bernardo B. de. <u>Pobreza no Brasil: Métodos de Análise e Resultados.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 205)	58
206. FIGUEIREDO, José Bernardo. <u>Exportações, consumo pessoal e estrutura de produção: algumas simulações para o Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 206)	72
207. MEDEIROS, Carlos. <u>Reestruturação industrial e conflito distributivo na economia italiana.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 207)	42
208. BATISTA, Jorge Chami e PAULA, Germano Mendes de. <u>Avaliação e perspectivas tecnológicas das empresas estatais produtivas: o caso do setor siderúrgico.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 208)	67
209. FIORI, José Luís. <u>Para uma crítica da teoria do Estado Latinoamericano.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 209)	61
210. PROENÇA, Adriano e CAULLIRAUX, Heitor Mansur. <u>Desintegração integrada: um novo padrão de organização da produção ?</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 210)	38
211. HAGUENAUER, Lia. <u>Competitividade: Conceitos e medidas. Uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 211)	38
212. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. <u>Keynes and the long period.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 212).	27
213. BURLAMAQUI, Leonardo. <u>História, Política e Organização do Capitalismo em Keynes.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 213).	59